


UNESP  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
CAMPUS DE ARARAQUARA, SP

ADRIANA RODRIGUES ZOCCA

A EDUCAÇÃO SEXUAL E SUAS ENTRELINHAS NAS CONCEPÇÕES DOS GESTORES



Araraquara – S.P.

2015

ADRIANA RODRIGUES ZOCCA

A EDUCAÇÃO SEXUAL E SUAS ENTRELINHAS NAS CONCEPÇÕES DOS GESTORES

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual, a Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Linha de Pesquisa: Sexualidade e educação sexual: interfaces com a história, a cultura e a sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro

ARARAQUARA – S.P.

2015

ZOCCA, Adriana.

A educação sexual e suas entrelinhas nas concepções dos gestores
/ Adriana Zocca. – 2015.

78 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Universidade
Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de
Araraquara.

Orientador: Paulo Rennes Marçal Ribeiro

1. Sexualidade. 2. Educação Sexual. 3. Escola . 4. Gestor.
I. Título.

**Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

ADRIANA RODRIGUES ZOCCA

A EDUCAÇÃO SEXUAL E SUAS ENTRELINHAS NAS CONCEPÇÕES DOS GESTORES

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Linha de Pesquisa: Sexualidade e educação sexual: interfaces com a história, a cultura e a sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro.

Data da defesa: 11 /09 / 2015.

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro
Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara

Membro Titular: Profa. Dra. Andreza Marques de Castro Leão
Universidade Estadual Paulista FCLAR

Membro Titular: Dra. Fátima Aparecida Coelho Gonini
Faculdade de Filosofia e Letras de Ituverava.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

A Deus, pela sua eterna presença em minha vida.

*Aos meus filhos: Diego Barrozo, Daiane Barrozo e Dainá Barrozo, pela
motivação, incentivo, compreensão, amor e carinho.
Sem vocês, eu nada seria!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu a oportunidade da realização de um desejo do meu coração e de mais uma realização profissional e por meio de minhas orações esteve presente em todas as minhas angústias e alegrias;

A todas as pessoas que contribuíram para que meu trabalho fosse realizado;

Aos meus filhos por toda a compreensão e incentivo;

Aos meus pais, Waldemar (*in memorian*) e Maria, que me deram a oportunidade de eu ser quem sou e devolver com todo o amor e carinho o que me proporcionaram;

Aos meus irmão/irmã Antônio Carlos e Iara (*in memorian*), que mesmo estando ausentes sempre estiveram presentes em toda a minha jornada;

Ao prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro pela realização do meu sonho; agradeço-o de coração pela confiança, amizade, credibilidade e respeito ao meu trabalho, pela condução do mesmo e pelas reflexões que vieram a contribuir com meu crescimento profissional;

À prof. Dra. Andreza Marques de Castro Leão pela sua colaboração, dedicação e delimitação do meu projeto de pesquisa;

Aos demais professores Drs. do programa de pós-graduação do mestrado em Educação Sexual pelo aprendizado, carinho, troca de conhecimentos e a construção de um novo aprendizado;

Às minhas amigas da prefeitura de Jaboticabal pelo incentivo e companheirismo;

Às minhas amigas de turma, muito obrigada, pelo carinho, atenção e paciência; em especial a Natalia Souza Nogueira, grande amiga e companheira;

Deus coloca anjos em nossas vidas nos momentos em que mais precisamos. Por isso, agradeço muito à minha amiga Sueli Bianchi, que me informou sobre o tão sonhado mestrado em Educação Sexual e me apresentou ao meu professor de línguas Alcides Cintra (Tidão), que foi de uma ajuda imprescindível aos meus estudos e, à minha amiga Luísa, que sempre esteve ao meu lado me trazendo várias contribuições;

Ao Secretário da Educação do Município de Jaboticabal, César Esper, por proporcionar meu afastamento em prol de minha formação;

À Unesp e aos seus funcionários por terem aberto as portas para a realização deste estudo;

Finalizando, muito obrigada, a todos que participaram direta ou indiretamente dessa construção de um novo aprendizado e da realização de um sonho. Afinal, os sonhos existem, basta acreditarmos neles!

“...Viver!

E não ter a vergonha

De ser feliz

Cantar e cantar e cantar

A beleza de ser

Um eterno aprendiz...”

Gonzaguinha.

RESUMO

A educação sexual está inserida no contexto escolar por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais e visa estabelecer uma referência curricular e apoiar a revisão e/ou elaboração dessa proposta pelos Estados ou escolas integrantes dos sistemas de ensino. Esta pesquisa tem por objetivo constatar a existência ou não da prática de ensino da sexualidade nas escolas, como ela é desenvolvida e as dificuldades encontradas quando é aplicada. A metodologia é qualitativa, cuja técnica principal de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. Foram entrevistados 12 gestores municipais de uma cidade no interior do Estado de São Paulo. Os resultados da pesquisa revelaram que os gestores têm uma definição parcial da sexualidade e educação sexual geralmente associando-as a saúde, prevenção, doenças e gravidez precoce, tratando-a somente pela visão biológica e fisiológica e como senso comum, sem embasamento teórico e científico. Os gestores veem como obstáculos para implementação da educação sexual na escola a falta de um profissional especializado; a família, a religião, a faixa etária e o preconceito. Relatam necessidade de capacitação para os professores, mas que essa iniciativa deve ser dos órgãos governamentais, porque mesmo com os PCN como respaldo eles sentem falta de políticas públicas efetivas. Concordam em dar respaldo ao professor e têm a educação sexual como fundamental para o desenvolvimento da criança. Conclui-se que apesar de existir uma legislação que determine a realização da Educação Sexual na escola, não é o suficiente para que ela se efetive. Para que isso ocorra falta uma participação mais contundente da Secretária da Educação no sentido de viabilizar toda uma estrutura (política pública, capacitação e os recursos necessários) para sua realização.

Palavras-chave: Sexualidade. Educação Sexual. Escola. Gestor.

ABSTRACT

Sex education is part of the school environment through the National Curriculum Parameters and aims to establish a curriculum reference and support the review and / or preparation of this proposal by the State or members schools of education systems. This research aims to establish the existence or not of sexuality teaching practice in schools, as it is developed and the difficulties encountered when it is applied. The methodology is qualitative, whose main technique for data collection was the semi-structured interview. They interviewed 12 municipal managers of a city in the state of São Paulo. The survey results revealed that managers have a partial definition of sexuality and sexual education often associating them with health, prevention, disease and early pregnancy, treating it only the biological and physiological insight and like common sense, without theoretical and scientific . Managers see as obstacles to implementation of sex education at school the lack of a specialist; family, religion, age and prejudice. Reported need for training for teachers, but that this initiative should be government agencies, because even with the support PCN as they feel lack of effective public policies. They agree to give support to the teacher and have sex education as critical to child development. It concludes that although there is a law that determines the realization of sex education in school is not enough for it to become effective. For this to occur lack a more forceful participation of the Education Secretary in the feeling of enabling an entire structure (public policy, training and resources) to its realization.

Keywords: Sexuality. Sexual education. School. Manager.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

BEMFAM - Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil

DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS	16
2.1 Objetivo geral.....	16
2.2 Objetivos específicos.....	16
3 METODOLOGIA	17
3.2 Tipo de estudo	17
3.3 Local da entrevista	18
3.4 Instrumentos utilizados	18
3.5 Procedimentos da análise de dados.....	18
3.6 A escolha das categorias.....	20
3.7 Participantes	21
3.8 Entrevista	23
4 SEXUALIDADE E SUA DEFINIÇÃO	25
4.1 Sexualidade e docentes	25
5 A EDUCAÇÃO SEXUAL EM DESTAQUE	30
5.1 A importância dos PCN	30
5.2 A Educação Sexual: o que é, para que, por quê e para quem?	33
6 O PAPEL DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA	37
6.1 Por que a escola?	37
6.2 A escola e seus entraves diante das demonstrações de sexualidade	41
7 O PAPEL DO GESTOR.....	45
7.1 Gestão educacional, funções e papéis.....	45
7.2 O papel do gestor escolar	47
7.3 Gestor escolar e educação sexual	49
8 RESULTADOS E DISCUSSÕES	53
8.1 Análise das categorias	53
8.1.1 Categoria 1 - Sexualidade e escola	53
8.1.1.1 Concepção da sexualidade	53

8.1.1.2 Manifestações da sexualidade.....	54
8.1.2 Categoria 2 - Educação Sexual	56
8.1.2.1 Visão da educação sexual	56
8.1.2.2 Temas da educação sexual	59
8.1.2.3 Fatores limitantes da educação sexual.....	61
8.1.3 Categoria 3 - Gestores e educação sexual.....	64
8.1.3.1 Capacitação dos gestores.....	64
8.1.3.2 Contribuição dos gestores no ensino da sexualidade.....	66
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA	75
ANEXO A - CARTA DE ESCLARECIMENTO DA PESQUISA.....	77
ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	78

1 INTRODUÇÃO

A minha trajetória profissional e acadêmica é compatível com a de grande parte das jovens do nosso país. Casei-me muito cedo com 18 anos quando estava grávida do meu filho; aliás, tive três filhos, sendo que minha última filha nasceu quando eu estava ingressando no antigo magistério. Concomitantemente, cursava a graduação no curso de História e, em seguida, Pedagogia, estagiava à tarde, um período muito difícil, com três crianças, mas concluí minha formação e pós graduei-me em psicopedagogia e deficiência intelectual. Mas, ainda sentia necessidade de um aprimoramento profissional.

Desta forma, questões ligadas à manifestação da sexualidade na escola despertavam minha atenção, como, por exemplo, uma experiência que tive em uma palestra de educação sexual para alunos do quarto ano onde atuava profissionalmente, separando-os em meninos e meninas para lhes explicar sobre as partes íntimas, higienização e outros assuntos. Pensei como será que essa prática iria tirar todas as dúvidas dessas crianças? Como elas sairiam dessa palestra? Será que todas as dúvidas seriam sanadas? As respostas logo me vieram, foram somente tratados assuntos direcionados à parte biológica. Mas, e os sentimentos? E as sensações de saberem o que os questionavam? A minha angústia, acho que maior que a deles, me deixava travada referente à temática abordada. Então, procurei a direção da escola para relatar tais fatos e questionamentos e, logo em seguida, surgiu à resposta da diretora: eles aprendem com a vida e os amigos.

Em outra ocasião, trabalhando em um projeto escolar que atendia jovens adolescentes carentes de ambos os sexos em plena ascensão de hormônios, chamaram atenção as suas atitudes. Escondiam-se para beijos, carícias, namoricos, entre outras manifestações dentro da unidade na qual eu trabalhava. A diretora ficava desorientada com todos esses acontecimentos, já havia tentado todas as alternativas (diálogos, reuniões, orientar, instruir) para amenizar tais comportamentos, chamar os pais, se direcionou ao secretário da educação, temendo que qualquer tipo de assunto voltado a esses casos fossem para a mídia e a acusassem de negligência. Diante disso, sugeri à direção uma discussão sobre o tema sexualidade com esses adolescentes. No início, até pensamos em colocar todos juntos, mas a direção não deixou, pensando que poderíamos influenciá-los mais ainda a tais atitudes. Então, acatamos as ordens e dividimos os grupos entre meninos e meninas, a intervenção feita foi de cunho psicológico sem adentrar muito nas questões da temática. Relato este fato para perceberem o quanto ainda

é difícil o trabalho na desmistificação de vários conceitos impregnados nas manifestações em relação à sexualidade e a educação sexual.

Neste mesmo ano, descobri que estava aberta a inscrição para o processo seletivo ao mestrado do primeiro Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual. Não hesitei em buscar no curso a possibilidade de poder investigar sobre as atitudes dos gestores à sexualidade e educação sexual que motivou-me a seguir em frente.

Sendo assim, este estudo objetiva demonstrar a importância do trabalho pedagógico do gestor (termo atual para o diretor escolar) para a inserção da educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental.

É importante ressaltar que não existe o propósito de afastar dos familiares e dos responsáveis pelas crianças a responsabilidade da educação sexual, pois de certa forma é no seio familiar que a criança aprende os primeiros conceitos sobre seu corpo, sua identidade, seu papel os valores na sociedade e o que é aconselhável ou desaconselhável na sociedade em que vive. Mas sim mostrar que a escola constitui um espaço ideal e necessário para as ações pedagógicas na área.

O ensino de educação sexual nas escolas contribui para a vivência da sexualidade de forma saudável, refletindo na diminuição dos índices de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), casos de gravidez na adolescência, abortos, violência sexual e outras questões psicológicas e sociais.

A relevância e a atualidade do tema justificam a realização da presente pesquisa, que visa colocar seu objetivo geral e conscientemente provocar interesse e despertar reflexões sobre a importância de tal temática no contexto escolar. Afinal, a sexualidade está inserida em nosso dia a dia e se faz presente em todas as circunstâncias, sendo abordada em músicas, representada em novelas, explorada na mídia e diluída nas nossas demonstrações de afeto e carinho com outros seres humanos.

A sexualidade não deve ser vista como o simples ato de consumação sexual, mas identificada como parte integrante dos sentimentos. Furlani (2011) cita que a sexualidade tem um aspecto humano, sendo um regalo por toda a nossa vida e apresenta estruturas próprias (sociais e pessoais) de manifestação que se expressam no meio em que vivemos.

Da mesma forma que o desenvolvimento humano, a sexualidade deve ser entendida como um processo contínuo, porém com características diferenciadas. Devido a esses aspectos, é preciso entender como a sexualidade se processa na família e na escola e como os docentes e gestores podem lidar com suas demonstrações no contexto específico de cada situação.

Com grande avanço nos anos 80, a sexualidade passa a ser inserida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que utiliza o termo “Orientação Sexual”. Nesta dissertação, porém, utilizaremos a expressão “Educação Sexual¹”, por ser mais apropriada por alguns autores, assim como nos cita Leão (2009), Figueiró (2001), Werebe (1998) e vários outros trabalhos de que nos valem.

Os PCN vêm ao encontro das angústias e anseios presentes no ambiente escolar, como as demonstrações de afeto na hora do recreio e situações mais pessoais de contato e interação, configurando uma realidade que justifica o desenvolvimento de projetos pedagógicos de caráter sexual. A educação sexual é defendida por Maia e Ribeiro (2011) como o apoio às atitudes, valores, que são elementos que representam as manifestações da sexualidade e condutas que são aprendidos e apreendidos nas famílias e nos grupos sociais, possuem componentes biológicos, psicológicos e sociais, é de natureza não intencional ocorrendo desde o nascimento até a nossa morte.

É citado aqui, como um possível caminho, o engajamento do sistema escolar na questão, pois é nas escolas que grande parte das manifestações da sexualidade se evidencia, sendo o local onde os jovens passam a maior parte do seu tempo. Sendo esse o ambiente em que muitos dos seus valores são construídos ou consolidados, é imprescindível que a escola se constitua como um espaço adequado para reflexões relacionadas à sexualidade.

É de se supor a existência estabelecida de alguns entraves, como a falta de formação do professor, do gestor e dos demais profissionais que lidam com as crianças e adolescentes. Segundo Guimarães (1995), a escola ainda se mostra tradicional, conservadora e marcada por tabus que impedem que a “fala” sobre sexualidade seja feita de maneira tranquila e equilibrada. Esse recinto ainda não se posiciona de forma bem resolvida sobre o assunto, reproduzindo constrangimentos ao “falar sobre sexo”.

Nesse sentido, o papel do gestor é essencial, por ser ele o norteador da instituição escolar. Laranja (2004) diz que o gestor deve conceber um grupo que atue na melhoria da escola, comprometendo-se com seu funcionamento adequado. O gestor deve, portanto, ser um líder dotado de competências e aptidões para estimular o grupo, por meio de ações arrojadas e de capacidade para reciclar suas próprias atitudes.

¹ “Educação Sexual refere-se aos processos culturais contínuos, desde o nascimento que, de uma forma ou de outra, direcionam os indivíduos para diferentes atitudes e componentes ligados às manifestações de sua sexualidade. Essa educação é dada indiscriminadamente na família, na escola, no bairro com amigos, pela televisão, pelos jornais, pelas revistas. É a própria evolução da sociedade determinando os padrões sexuais de cada época e, conseqüentemente, a Educação Sexual que será levada ao indivíduo.” (Ribeiro, 1990, pp. 2-3).

Assim, ao escolher o tema do presente trabalho, as seguintes questões vieram à tona: como os gestores lidam com as demonstrações de sexualidade dos alunos? Quais os entraves encontrados para sistematizar a educação sexual? Esses gestores veem à importância da aplicação de uma educação sexual na escola? Diante desses e outros questionamentos, realizamos uma busca em bases de dados com a intenção de encontrar os trabalhos mais relevantes sobre o tema, culminando nos resultados que apresentaremos adiante.

Esta presente pesquisa é qualitativa e conta com uma entrevista semiestruturada. A técnica principal para coleta de dados foi a de Bardin (1977). Os colaboradores são de um município localizado na região oeste do estado de São Paulo. O município possui 12 escolas municipais de ensino fundamental I (1º ao 5º ano), das quais uma constitui-se em uma Associação de Pais e Surdos e outras duas oferecem concomitantemente ensino fundamental I e II (1º ao 9º ano).

O público-alvo são os gestores das escolas e a fundamentação teórica contemplou estudos bibliográficos sobre a temática da educação sexual, da sexualidade e da prática dos gestores, com base no referencial de autores como: Ribeiro (2004), Maia e Ribeiro (2011), Figueiró (2006), Lück (2010), Laranja (2004), Leão (2009), entre outros. Igualmente, valeu-se de documentos oficiais referentes à educação sexual.

O conteúdo foi organizado da seguinte forma: a primeira seção discorre sobre a sexualidade e sua definição por autores contemporâneos e, as maneiras por meio das quais os professores deveriam lidar com tais questões no ambiente escolar.

Na segunda seção, deparar-nos-emos com a educação sexual em destaque, explorando os seguintes tópicos: os PCN na prática da educação sexual e a definição e os papéis da Educação Sexual.

Na terceira seção, abordaremos o papel da escola na educação sexual e os entraves referentes a manifestações da sexualidade que as instituições de ensino encontram diante de tal tarefa pedagógica. Na quarta, tratamos do papel do gestor, com os tópicos: gestão educacional: funções e papéis; abordagem da gestão escolar e seus enfoques e; a gestão escolar e a educação sexual. Na quinta seção, esclarecemos os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho, ou seja, a caracterização da pesquisa; dos colaboradores, da amostra e dos instrumentos para o levantamento dos dados.

Em seguida, a análise dos resultados alcançados parte de argumentos norteadores do estudo e permite identificar a concepção dos gestores escolares sobre o tema da educação sexual, bem como refletir sobre as problemáticas e a relevância do assunto de maneira ampla.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Compreender o que os gestores escolares (de um município da região Oeste do estado de São Paulo) entendem por educação sexual no âmbito escolar e, identificar os desafios e entraves que os impedem de realizar trabalhos com a educação sexual.

2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos consistem em:

- Conhecer as concepções dos gestores escolares acerca da sexualidade e da educação sexual no ambiente escolar;
- Verificar quais são as dificuldades e possibilidades de trabalho interventivo em sexualidade nas escolas a partir da percepção desses profissionais.

3 METODOLOGIA

3.1 Procedimentos metodológicos

O caminho metodológico percorrido, ou seja, como se desenvolveram as etapas da construção do problema, a escolha dos participantes e a elaboração das categorias de análise de acordo com a proposta da pesquisa.

3.2 Tipo de estudo

A pesquisa é de caráter qualitativo e, conforme Lankshear e Knobel (2008), é definida por “estar principalmente interessada em como as pessoas experimentam, entendem, interpretam e participam de seu mundo social e cultural” (p.66), preocupando-se em analisar textos que serão entendidos de acordo com os critérios de pesquisa. Segundo Richardson (1985), uma análise qualitativa enriquece o conteúdo das respostas e expõe claramente as particularidades e características importantes da pesquisa.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994), o mais importante em uma pesquisa qualitativa é o “significado” dos dados coletados para a compreensão das informações necessárias diante do problema de pesquisa. Laville e Dionne (1999) descrevem que tanto pesquisadores quanto pesquisados são atores e exercem influência por não serem coisas, mas sujeitos que pensam, agem, reagem e que determinam as situações de diferentes maneiras.

Segundo Lankshear e Knobel (2008), as entrevistas são interações planejadas, previamente combinadas e com o propósito de gerar informações detalhadas e necessárias sobre um evento. De acordo com os autores, a entrevista semiestruturada inclui uma lista de questões previamente preparadas, geralmente utilizadas como guia pelo pesquisador. Assim, tendo em vista o objeto deste estudo, utilizamos a entrevista semiestruturada, elaborando um roteiro com perguntas relativamente abertas, de modo a direcionar a entrevista e possibilitar a exploração dos aspectos relevantes, conforme os objetivos do estudo.

Para Lessard-Hébert, Goyette & Boutin (1990), quanto mais uma pesquisa se aprofunda no âmbito da descoberta, mais o objeto é considerado dentro de seu contexto. Dessa forma, as metodologias citadas estão interligadas a princípios éticos e a preocupações científicas. Dentre esses princípios norteadores, mencionados por Lessard-Hébert et al. (1990), estão: esclarecer os informantes sobre os objetivos da investigação e as atividades a

serem desenvolvidas; proteger os pesquisados de possíveis sanções administrativas; proteger as informações; manter o sigilo e a confidencialidade. A participação dos sujeitos e os procedimentos éticos foram seguidos a termo pelos participantes.

3.3 Local da entrevista

As entrevistas foram realizadas em uma cidade do interior do estado de São Paulo, localizada na região Oeste.

3.4 Instrumentos utilizados

De acordo com Rudio (2001), denomina-se instrumento de pesquisa tudo aquilo que é utilizado para coleta de dados. Portanto, a pesquisa realizada foi baseada no roteiro de perguntas em Apêndice A e teve como instrumento de coleta um gravador de áudio. As questões foram retiradas da Monografia de Elenice Araújo Cacciatore, apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *Campus* de Presidente Prudente, para a obtenção do título de especialista em Gestão Educacional, tendo como tema “A Sexualidade no Cotidiano de Gestores Escolares de Educação Infantil”. As questões foram revistas e adaptadas para esta pesquisa.

3.5 Procedimentos da análise de dados

A análise do conteúdo dos dados obtidos foi feita de acordo com Bardin (1977). Para a autora, tal processo se dá por

...um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (p.42).

Inicialmente, foram realizadas leituras flutuantes para melhor análise do material coletado. Para Bardin (1977), a leitura flutuante é a primeira atividade da análise de conteúdo,

que consiste em estabelecer contato com o material a ser analisado e tomar conhecimento do conteúdo, deixando fluir as impressões e orientações. Trata-se de um processo intuitivo, aberto a ideias e reflexões, que paulatinamente conduz a uma leitura mais precisa em função das hipóteses emergentes e da projeção de teorias adaptadas ao material.

Bardin (1977) explica que, na observação das entrevistas, faz-se necessário averiguar a maneira como os sujeitos se agregam aos objetos do dia a dia. A autora ressalta que “existe uma correspondência entre o tipo de produção dos objetos e a atitude psicológica para com eles e mais precisamente, uma produção/consumo, marcada pela separação entre quem concebe, quem fabrica e quem utiliza.” (p.65). E a análise do conteúdo auxilia tal articulação.

O exame dos dados alonga-se por todo o corpo teórico e se vale de técnicas adequadas, evitando o subjetivismo na compreensão dos dados. Bardin (1977) esclarece, ainda, que a análise de conteúdo se torna um conjunto de técnicas de análise das comunicações que emprega modos sistemáticos e objetivos de representação do conteúdo das mensagens. De acordo com a autora, uma das modalidades é a análise temática, que foi empregada neste estudo. Tal técnica consiste em apontar temas significativos constatados nos discursos apresentados. Para Bardin (1977), o tema é “geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças de tendências, etc.” (p.106).

A análise temática, portanto,

... significa a descrição de um ou vários temas ou itens de significação. Numa unidade de decodificação previamente determinada não apercebemo-nos de que se torna fácil escolhermos, neste discurso, a frase (limitada por dois sinais de pontuação) como unidade de codificação. (BARDIN, 1977, p.77)

Segundo Minayo (2000), “fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico.” (p.209).

Para a análise e interpretação dos dados do estudo, foi utilizado o método de análise temática de conteúdo, “que consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado.” (Minayo, 1998, p.209).

Para o tratamento dos dados, segundo Minayo (2000) seguiram-se três momentos distintos: pré-análise (leitura flutuante dos dados), exploração do material (seleção do conteúdo a ser analisado e organização das categorias) e tratamento dos resultados

(interpretação). Conforme preconiza o método, após leitura e releitura exaustiva dos dados brutos, foram selecionados os conteúdos de significado que contemplavam significativa importância para a formação das unidades temáticas que constituem o estudo. Com efeito, a análise temática está relacionada diretamente a um determinado assunto, baseando-se na frequência das unidades que aparecem.

Dessa maneira, segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo temática permite identificar os núcleos de sentido que integram a comunicação, inferindo-se categorias e subcategorias para estudar o material obtido nas entrevistas.

Diante de tais conceitos, a realização de distintas leituras flutuantes e a análise do conteúdo balizou a interpretação das concepções dos gestores sobre a temática da educação sexual.

3.6 A escolha das categorias

Com vistas a responder ao problema e aos objetivos da presente pesquisa, os dados coletados previamente foram analisados por meio da análise categorial que, conforme Bardin (1977) consiste no desmembramento do texto em categoriais agrupadas analogicamente.

A opção pela análise categorial se respalda no fato de que é a melhor alternativa quando se quer estudar valores, opiniões, atitudes e crenças, por meio de dados qualitativos. Portanto, a interpretação dos dados se deu pelo método análise de conteúdo, respaldada pelas observações *in loco*.

O processo de formação das categorias se concretizou da forma prevista por Bardin (1977). Assim, após a seleção do material e a leitura flutuante, a exploração foi realizada através da codificação. A codificação se deu em função da repetição das palavras, que uma vez triangulada com os resultados observados, foram constituindo-se em unidades de registro. Para, então, efetuar-se a categorização progressiva. Adverte-se, aqui, que as categorias descritas da próxima sessão dizem respeito à temática a que o estudo que está sendo descrito se propôs, não servindo como modelo para qualquer estudo, tendo em vista as idiossincrasias inerentes a cada tema de estudo.

No tocante as categorias têm-se:

Categoria 1: Sexualidade e escola

1.1 Conceção da sexualidade;

- Biológica
 - Inerente
- 1.2 Manifestações de sexualidade;
- Contato
 - Curiosidades

Categoria 2: Educação sexual

2.1 Visão da educação sexual;

- Orientação
- Prevenção
- Diversidades de gêneros

2.2 Temas da educação sexual;

- Doenças e gravidez

2.3 Fatores limitantes da educação sexual;

- Professor especializado
- Preconceito
- Família e religião
- Faixa etária

Categoria 3: Gestores e educação sexual

3.1 Capacitação dos gestores;

- Formação

3.2 Contribuição dos gestores no ensino da sexualidade.

- Respaldo

3.7 Participantes

De acordo com Rudio (2001), o termo população determina a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um estudo. A pesquisa foi realizada em dez escolas de ensino fundamental I municipal, as quais englobam alunos de seis a dez anos, ou seja, do 1º ao 5º ano. Foram abrangidas, ainda, mais duas escolas de ensino fundamental I

que incluem o mesmo gestor para o ensino fundamental II, com adolescentes de 11 a 15 anos, ou seja, do 6º ao 9º ano.

Para melhor organizar os dados, foi empreendida a construção de duas tabelas, que na presente pesquisa serão denominados por G1 a G12. A tabela um (1) apresenta dados pessoais dos participantes e a tabela dois (2) traz aspectos de sua formação profissional. Na sequência, estão listados os procedimentos que embasaram a realização das entrevistas.

Tabela 1: Identificação dos participantes.

Gestores	Sexo	Idade
G1	Feminino	46
G2	Feminino	53
G3	Feminino	50
G4	Feminino	41
G5	Feminino	49
G6	Feminino	59
G7	Feminino	40
G8	Feminino	47
G9	Feminino	44
G10	Feminino	46
G11	Feminino	43
G12	Masculino	50

Fonte: Elaboração própria.

Do total de doze gestores, onze são do sexo feminino e apenas um é do sexo masculino. A faixa etária varia entre 40 e 59 anos.

A segunda tabela evidencia a formação profissional dos participantes.

Tabela 2: Área de formação dos participantes.

Gestores	Área de formação
G1	Pedagogia
G2	Pedagogia/Matemática
G3	Pedagogia/Gestão Escolar
G4	Pedagogia/Matemática
G5	Pedagogia/Psicopedagogia/D. Educacional
G6	Pedagogia
G7	Pedagogia

G8	Pedagogia
G9	Pedagogia
G10	Pedagogia/Administração/Supervisão
G11	Pedagogia/História/Geografia/Ed. Física
G12	Educacional

Fonte: Elaboração própria.

Desse total, dez possuem graduação em pedagogia, possuem as seguintes pós-graduações: gestão escolar, gestão educacional, psicopedagogia, direito educacional, administração e supervisão.

3.8 Entrevista

Houve reestruturação das perguntas números seis e sete da pesquisa de Elenice de Araújo Cacciatore (2007), a fim de adequar o quadro aos objetivos desta pesquisa. Igualmente, foram acrescentadas algumas questões específicas quanto à educação sexual. Realizou-se ainda, uma entrevista piloto (também chamada de pré-teste), para identificar possíveis problemas ou dificuldades que poderiam surgir para a compreensão das questões.

Segundo Richardson (1985), o pré-teste é utilizado como uma aplicação preliminar do instrumento, obedecendo-se às mesmas características da amostra do estudo, visando ao aperfeiçoamento dos instrumentos da pesquisa.

Por meio de tais procedimentos, o roteiro da entrevista foi elaborado para dar voz aos gestores de maneira, a saber, como lidam com as demonstrações de sexualidade no contexto escolar e com os obstáculos para a inserção da educação sexual na escola.

O projeto piloto foi realizado em abril de 2014. O instrumento mostrou algumas lacunas e aspectos a serem modificados, este foi aperfeiçoado e aplicado posteriormente. Seguimos as seguintes etapas:

- a) Inicialmente, pedimos autorização ao secretário de educação do município para a realização da coleta de dados;
- b) Em seguida, avisamos os gestores sobre a presença da pesquisadora na unidade escolar;
- c) Verificamos a disponibilidade dos gestores;
- d) Finalmente, apresentamos a autorização do secretário de educação.

Após a apresentação da Carta de Autorização (Anexo A) do secretário da educação e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B), a coleta de dados foi iniciada. Os doze gestores do município aceitaram participar e conceder a entrevista que foi gravada e transcrita. A coleta dos dados foi realizada em maio de 2014 por um período de 20 dias. Cada entrevista teve duração média de uma hora.

4 SEXUALIDADE E SUA DEFINIÇÃO

“A sexualidade é um conceito amplo e histórico. Ela faz parte de todo ser humano e é representada de forma diversa dependendo da cultura e do momento histórico.”
(Maia & Ribeiro, 2011, p.75).

A sexualidade não é um conceito estático e imutável. Pelo contrário, sofre influências do tempo, do espaço e do movimento da sociedade; ou seja, a concepção de sexualidade é histórica.

A sexualidade é constituída de múltiplos significados e envolve mitos, crenças, tabus, preconceitos, comportamentos e concepções religiosas. Assim, a sexualidade é construída e desconstruída nas relações sociais, já que não é cristalizada e fixa, e sim vivenciada na transitoriedade e no movimento entre o tradicional e o moderno.

De acordo com Maia e Ribeiro (2011),

A sexualidade é um conceito amplo e histórico. Ela faz parte de todo ser humano e é representada de forma diversa dependendo da cultura e do momento histórico. A sexualidade tem componentes biológicos, psicológicos e sociais e ela se expressa em cada ser humano de modo particular, em sua subjetividade e, em modo objetivo, em padrões sociais que são aprendidos e apreendidos durante a socialização. (pp.75-76).

Como percebemos, a sexualidade está intimamente ligada às nossas vidas, fazendo parte do nosso desenvolvimento social, cultural, psicológico, biológico, razão pela qual constitui um elemento indispensável à vida do ser humano.

4.1 Sexualidade e docentes

E a sexualidade também se faz presente na escola. Espera-se que os educadores contribuam refletindo sobre esta com seus alunos, orientando-os e os questionando, revendo preconceitos e tabus.

Então, a função do professor que se propõe a dialogar sobre sexualidade na escola, segundo Figueiró (2006),

... cabe a eles criar oportunidades várias de reflexão, para que os alunos pensem e discutam com os colegas, a fim de que formem sua própria opinião sobre sexo pré-matrimonial, masturbação, homossexualidade e aborto, entre outros. Cabe também ao professor fazer com

que os alunos tenham acesso a informações claras, objetivas e científicas sobre a sexualidade. (p.2).

Observando a relevância do papel do professor, Leão (2009) cita que haja vista o contato direto com o aluno, neste convívio pode avaliar as dúvidas, inquietações e necessidades deste em diversos temas, o que abrange na sua totalidade à sexualidade. Sendo assim, o educador pode tanto ajudar ou simplesmente ignorar. Portanto, em ambos os casos, está contribuindo de forma favorável ou desfavorável à educação sexual do educando.

Segundo Figueiró (1999), em suas práticas e convivência direta com professores, tem visto que eles vêm se defrontando com várias situações ligadas à manifestação da sexualidade, que necessitam de conhecimentos e habilidades específicas e, portanto, habilidades para saber aproveitar as oportunidades que surgem, a fim de ensinar a partir delas.

Contudo, percebemos que, mesmo quando essa preocupação existe, os educadores acabam priorizando uma abordagem biológica da sexualidade. Essa perspectiva é importante, mas não suficiente para esclarecer todas as dúvidas relacionadas à sexualidade e suas múltiplas manifestações.

O educador é responsável por formar, informar, debater, investigar, refletir sobre variados temas, bem como possibilitar a ampliação do conhecimento do aluno a respeito das diferentes culturas e valores existentes nos vários grupos sociais.

Segundo os PCN (1977).

... o professor deve saber antes de tudo que é legítimo e lícito, por parte das crianças e dos jovens, a busca do prazer e as curiosidades que são manifestas acerca da sexualidade, e essas fazem parte de seu processo de desenvolvimento. (p.123).

Portanto, para que o programa de educação sexual alcance suas finalidades e propostas, o educador deve valorizar e conhecer seu papel sexual, combater seus tabus e preconceitos, analisar as questões biológicas, psicológicas, sociais, morais e políticas que envolvem o assunto, sempre estimulando o respeito às diversidades. Sendo assim, para uma educação sexual adequada, deve-se compreender que,

... educar sexualmente é muito mais que ensinar os conteúdos de biologia e fisiologia da sexualidade; educar sexualmente é criar oportunidades para o aluno expressar seus sentimentos, angústias e dúvidas, refletir sobre suas atitudes e rever preconceitos; para educar sexualmente é preciso saber ouvir; o aluno deve ser visto como sujeito ativo no processo de ensino e aprendizagem e deve ter muito espaço para falar e ouvir seus colegas; o professor deve ser a pessoa que cria as condições para o aluno aprender, ao invés de ser um simples transmissor de conhecimentos. (Figueiró, 2006, p.7).

Desse modo, Sayão (1997) cita que o professor deve ser o mediador e o organizador do processo pedagógico, favorecendo um novo olhar sobre a situação e propondo outras fontes de informação, a fim de que o aluno possa refletir de maneira autônoma sobre seus questionamentos. Dessa forma,

... o grupo de supervisão constitui-se num espaço de reflexão de valores e preconceitos dos próprios educadores – o que é imprescindível para que não haja imposição de valores pessoais ou julgamentos moralistas nos trabalhos com os alunos. (Sayão, 1997, p. 115).

O professor deve ter uma conduta ética perante seus alunos e saber respeitar as diferentes opiniões sem impor suas concepções. Os PCN (1997) sugerem que o professor, ao conduzir processos de reflexão, proporcione ao aluno independência para escolher seus valores, saber se posicionar e aprofundar seus conhecimentos. Segundo Braga (2009),

... além da própria experiência pessoal, os(as) educadores(as) precisam de uma mudança de atitude, quererem aprender, abrirem-se ao desafio... Necessitam participar de cursos, debates, grupos de estudos, entre outras atividades de capacitação, possibilitando assim uma troca de experiências entre o grupo profissional. (p.133).

Os professores devem se preparar para dialogar com naturalidade em um ambiente propício que estimule a confiança dos jovens: a sala de aula. É necessário que o exercício docente esteja elencado em estudos sobre a sexualidade, sendo assim existe a necessidade de interrogar e compreender os elementos culturais, sociais e históricos que constituem esse aspecto da vida.

Informações científicas são imprescindíveis ao educador. Como relata Guimarães (1995), se os professores revelam insegurança ou constrangimentos ao falar sobre sexualidade em sala de aula, tais sentimentos se reduzem diante de uma preparação adequada. Assim, o autor trás a favor da sistematização das aulas sobre sexualidade, com recursos que facilitem a aprendizagem sobre o tema.

Para que todo esse processo ocorra de forma ordenada, o professor deve criar uma relação de cumplicidade com o aluno, mostrando-se interessado pelas questões relevantes que o educando traz, não emitindo juízos de valor e assim respondendo às suas indagações de forma direta e esclarecedora.

De acordo com Camargo e Ribeiro (1999), a formação dos professores deveria abranger falas e vivências sobre a sexualidade humana, aguçar as possibilidades do corpo e das emoções, abordar o processo educativo sob um olhar que contemple as várias dimensões, considerando o “eu” interior e a comunicação de suas próprias práticas.

Kupermann (1999) conclui que uma das características do trabalho de educação sexual é suscitar questionamentos acerca das próprias noções de sexualidade dos professores, pois,

... é obvio que o professor será confrontado com a própria sexualidade e as maneiras que encontrou ao longo da vida para lidar com as suas exigências... Alguém excessivamente inibido ou tímido em relação à sua própria sexualidade poderá encontrar dificuldades, assim como alguém que esteja atravessando um período doloroso de crise afetiva. (pp.94-95).

Figueiró (2001) afirma que, no processo de formação do professor, é preciso “levá-lo a olhar para dentro de si próprio e repensar-se como pessoa, refletindo sobre os momentos de seus percursos pessoais e sobre o seu cotidiano da prática pedagógica.” (p.270). Nesse sentido, Ribeiro (2002) alerta sobre a importância de uma formação profissional adequada, que instrumentalize os docentes com um aparato científico consistente.

Esta citação de Ribeiro (2002) fica ainda mais clara quando nos faz refletir conforme alerta os PCN (2000, p. 123) que “é necessário ..., que o educador tenha acesso à formação específica para tratar da sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema.”

Frente a essa necessidade, os PCN (1998) são uma importante ferramenta aos professores, os quais “devem reconhecer como legítima e lícita a busca do prazer, mostrando-se disponíveis para abordar as questões referentes a esses temas, da forma mais esclarecedora possível.” (p.302).

Segundo Figueiró (2001), é necessário que os professores compreendam e reconheçam de que é função da escola ensinar sobre sexualidade para os alunos e, que esta venha acompanhada pela sensação de satisfação no que se está ensinando, tornando-a, assim, um trabalho entusiasta e não somente vinculando a problemas sociais, como a gravidez na adolescência e a contaminação por Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), mas pelo fato de que é função da escola fazer parte do processo de formação integral do aluno.

Aqui, concordamos com Werebe (1998) quando a autora diz que cabe ao educador criar um clima de segurança isento de constrangimentos, para que os alunos possam expor seus sentimentos, indecisões, inquietudes, paradoxos e opiniões, sendo constantemente estimulados a discussões mais emancipatórias e a vivências mais prazerosas com o outro, consigo mesmas, com seus corpos e com seus prazeres. Dessa forma,

... queremos reafirmar a nossa crença no profissional da escola como um possível educador sexual. O que aponta como o mais viável para assumir esse papel é o fato de poder oferecer identidade como um adulto que se liga ao jovem de modo constante e um adulto

supostamente conhecedor do processo de desenvolvimento e educação, atento às aquisições cognitivas, afetivas, sociais e filosófico-morais do aluno. (Guimarães, 1995, p.82).

Por fim, entende-se a educação sexual como um desafio a ser alcançado pelos gestores e professores que trabalham diariamente com crianças de qualquer faixa etária. No entanto, em vez de defender o enfoque biológico da sexualidade, é preciso afirmar que a educação sexual seja abordada na multiplicidade da sua constituição, como elemento inerente à vida e imprescindível para a formação integral da criança. Nessa perspectiva, um dos aspectos centrais desse processo educacional é a qualificação adequada dos docentes, bem como a adoção de práticas transversais de ensino.

Antes de se explicar o porquê de a escola ser o lugar mais adequado para se trabalhar com a educação sexual, veremos na seção a seguir a importância dos PCN; o que é, para que e por que a educação sexual.

5 A EDUCAÇÃO SEXUAL EM DESTAQUE

A educação sexual faz parte do sistema de uma educação total sendo que esta educação sempre existiu em todas as sociedades, ciente ou não ciente, com objetivos definidos ou não, “assumindo características variadas, segundo a época e as culturas.”
Werebe (1998, p.139).

5.1 A importância dos PCN

O documento Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), foi a primeira referência oficial dando legitimidade as questões relevantes da sexualidade através do tema transversal dessa maneira, menciona que em 1990 o Brasil participou de uma conferência em nível internacional, a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial. Nesta reunião, prevaleceu os assuntos referentes à educação e aprendizagem para todos, tornando-se universal a educação fundamental e, assim, aumentando as possibilidades de conhecimento para crianças, jovens e adultos.

Assim, considerando o momento pelo qual o país passava na educação, o Ministério da Educação e do Desporto cria o Plano Decenal de Educação para Todos, que veio a contribuir com todo um processo voltado para as escolas de educação fundamental, se comprometendo com a qualidade e a avaliação dos sistemas escolares, persistindo em seu constante aperfeiçoamento, adequando os parâmetros para uma educação curricular capacitada a estimular as ações educativas do ensino obrigatório, melhorando, assim, o nível de aprendizagem escolar, priorizando o ensino fundamental. Dessa maneira, institucionalizam-se como princípio de base nacional comum os Parâmetros Curriculares Nacionais, a ser complementado por uma parte diversificada.

De acordo com Figueiró (2006), eles começaram a ser elaborados juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), mas somente a partir de 1998 as escolas entram em contato com o material e iniciam os estudos para sua aplicação.

Figueiró (2013) esclarece que

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem uma publicação organizada em vários volumes que traz as diretrizes para que cada estado, cada município e cada escola organize seu currículo, isto é, um conjunto de conteúdos, atitudes e habilidades que vai ensinar a seus alunos,

de forma que sejam assegurados muito pontos essenciais do desenvolvimento pessoal e intelectual na formação dos estudantes, de Norte a Sul do país, levando em consideração as especificidades e necessidades peculiares de cada região e de cada realidade. (p.104).

Figueiró (2013) diz que o Ministério da Educação ajusta o tema educação sexual como transversal nos PCN em vários volumes e designa que cada estado, município e escola montem o seu currículo. O conjunto de conteúdos, atitudes e habilidades a serem trabalhados com o educando se destina a preservar aspectos primordiais do seu desenvolvimento pessoal e intelectual, considerando as particularidades e necessidades específicas de cada região e de cada localidade.

Temos que esses parâmetros, de acordo com Leão (2009), servem de referência e não como um modelo impositivo. Entretanto, para que eles realmente ocorram na área escolar é necessário que os Estados acatem e pautem como diretrizes curriculares. Ademais professores e a escola devem participar para que, de fato, os PCN sejam efetivados.

Os PCN estão vinculados à construção da cidadania e envolvem valores éticos, respeito, solidariedade, responsabilidade, liberdade, autonomia, princípios políticos, direitos e deveres da vida cidadã. A sociedade necessita de sujeitos capazes de respeitar as opiniões de outros e respaldar seus próprios direitos. Ao mesmo tempo, a imaginação da criança e do educador, a conveniência, a curiosidade e o acréscimo de novas possibilidades entremeiam todo o processo de aprendizagem.

Assim, os PCN dispõem-se em dez áreas de conhecimento, a ver: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais; Língua Portuguesa; História e Geografia; Matemática; Ciências Naturais; Educação Física; Arte; Apresentação dos Temas Transversais e Ética; Meio Ambiente e Saúde; Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Para cada volume, fica esclarecido o que deve ser ensinado em cada ano escolar. Camargo e Ribeiro (1999) ressaltam que esses temas devem ser usados como fio condutor para os planos de aulas, facilitando os exercícios que ensejem questionamentos e permitam a construção de novas aprendizagens.

Nos PCN, os temas transversais têm natureza diferente das áreas tradicionais. Sua dificuldade faz com que nenhuma das áreas, por si só, seja suficiente para atingi-las. Por isso, devem integrar-se às áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas.

A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimento teoricamente sistematizados [aprender sobre a realidade] e as questões da vida real [aprender na realidade e da realidade]. (PCN, 2000, p.40).

No parecer de Figueiró (2013) os temas transversais possuem conteúdos importantes para a sociedade, que devem ser inseridos nos currículos de forma “transversal”, ou seja, “...não como uma área específica de conteúdos, não como uma matéria específica, mas como conteúdo a ser ministrado no interior de várias áreas do conhecimento, perpassando cada uma delas.” (p.105).

Quanto a ministrar, o texto do PCN que trata da questão da transversalidade da sexualidade, apresenta que a abordagem deve acontecer de forma sistemática, simples e direta, no sentido de orientar processualmente a aprendizagem e o desenvolvimento humano nos aspectos psicofísico, sociocultural, político e econômico.

Com efeito, os parâmetros destacam duas formas gerais na organização dos trabalhos pedagógicos neste campo, “o trabalho de orientação sexual deverá, portanto, se dar de duas formas: dentro da programação, por meio dos conteúdos já transversalizados nas diferentes áreas do currículo e, extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema.” (PCN, 2000, p.129).

Também no texto referente à sexualidade dos PCN (1997), encontra-se uma listagem com sugestões de temas/conteúdos a serem trabalhados, organizados em blocos; quais sejam corpo-matriz da sexualidade, relações de gênero e prevenção às DST/AIDS.

Diante desses blocos, Paiva (2000) afirma que dificilmente o sexo seguro, com o uso da camisinha, seja incorporado se não forem trabalhadas as relações de gênero durante a atividade educativa de prevenção.

Portanto, para Figueiró (2006), possuir relações de gênero como um dos blocos de conteúdo é fundamental para endossar o êxito da Educação Sexual. Tal conteúdo merece ser considerado como apoio de toda a aprendizagem voltada às questões da sexualidade. Sendo assim, “integrando o bloco ‘corpo, matriz da sexualidade’, há toda uma gama de temas a serem trabalhados, tais como: concepção, gravidez, parto, métodos contraceptivos, masturbação etc.” (p.14).

E, por fim, Egypto (1985) colabora quando assegura ser de suma importância trabalhar a partir de temas indicados pelos educandos, além dos temas que são indispensáveis e que precisam ser abordados pelos educadores, mesmo que não solicitados.

Com essas sugestões, eles indicam os objetivos básicos da educação sexual na escola, que buscam assegurar, a longo prazo, uma vivência tranquila e significativa da sexualidade, de maneira prazerosa e eticamente responsável. Em suma, o trabalho deve observar e respeitar as diferenças culturais, a diversidade de expressão da sexualidade e a valorização de cada indivíduo, envolvendo dimensões da saúde e da afetividade.

Guimarães (2009), citado por Figueiró, Ribeiro e Mello (2009), afirma que os PCN foram bem organizados e ofereceram significados mais claros e objetivos sobre a sexualidade e a educação sexual. Criaram-se alternativas para que crianças e jovens pudessem expressar o direito ao conhecimento, assim como sua intimidade, seus afetos e paixões.

De acordo com Ribeiro (2004), os PCN trouxeram à tona resultados de discussões que vêm acontecendo há anos, por meio de Conferências Internacionais, Congressos e Encontros de caráter político/científico. Dessa forma, as escolas brasileiras são encorajadas a olhar para o planejamento pedagógico e refletir acerca da sexualidade.

Partindo da importância da educação sexual na escola e de como ela pode ser aplicada na condição de tema transversal aos PCN, cumpre aprofundar ainda mais as discussões em torno da educação sexual, da sua caracterização e das suas funções, conforme segue.

5.2 A Educação Sexual: o que é, para que, por quê e para quem?

Camargo e Ribeiro (1999) relatam que a educação sexual não é uma mera prática educacional, mas deve ser integrada ao currículo de cada proposta escolar, já que sua estruturação e sistematização levam a uma percepção histórica e dualística do mundo.

Ao analisar a história da educação sexual no século XX, percebemos momentos de conquistas e recuos. Nessa perspectiva, Guimarães (1995) acerta ao afirmar que a história da educação sexual no Brasil se apresenta em “...movimentos isolados e esparsos, que ocorrem de um modo esporádico.” (p.68).

Figueiró (2001) cita que as propostas escolares não são exclusivas de professores e filósofos de nosso século ou do século anterior, embora tenha sido naquela época em que emergiram com mais energia e nitidez.

Ora, nos anos 80 nosso país se mostrava mais aberto à implantação da educação sexual em razão do surgimento de problemáticas sociais como a AIDS e o aumento dos casos de gravidez precoce na adolescência, entre outros fatores. Com isso, fez-se possível uma participação mais efetiva de profissionais da saúde nos estudos, pesquisas e intervenções envolvendo as questões vinculadas à educação sexual.

Segundo Ribeiro (1990), não foi apenas os profissionais da saúde que priorizaram a educação sexual na década de 80. Além deles, a questão também mobilizava os profissionais da psicologia e da educação em decorrência de uma abertura política mais abrangente. No

âmbito escolar, a temática era discutida em palestras, encontros, debates ou mesmo nas aulas de ciências, por meio de estudos envolvendo a reprodução humana.

Diante da relevância das questões envolvendo a sexualidade e a educação, Furlani (2011) cita a Declaração dos Direitos Sexuais, que foi elaborada no 13º Congresso Mundial de Sexologia, no ano de 1997, e revisada pela Assembleia Geral da Associação Mundial de Sexologia em 1999. No mesmo ano, a Declaração foi aprovada no 14º Congresso Mundial de Sexologia, culminando com a deliberação da Lei da Educação Sexual (Lei nº60/2009 de 6 de Agosto) na Assembleia da República.

Quando nos reportamos aos PCN (1997), a educação sexual contextualizada abre a possibilidade para novos conhecimentos e estimula reflexões que encorajam o educando a escolher seus próprios caminhos.

Dessa maneira, o docente deve questionar os preconceitos, tabus, crenças e dogmas, explorando os assuntos tratados pela mídia, cristalizados na família e estigmatizados na sociedade. Essas informações demandam respaldo pedagógico e científico, que permitam provocar os jovens ao invés de reafirmar os valores que eles próprios já elegeram como seus (PCN, 1997).

Figueiró (2001) defende que a relevância da educação sexual reside particularmente na possibilidade de formar sujeitos mais preparados para a vida, que saibam se posicionar de forma crítica para existir com autonomia e integralidade. Para a autora, a interpelação pedagógica deve ser o prolongamento saudável da sexualidade do indivíduo, que se sentirá mais feliz e transportará essa felicidade à esfera sexual, com benefícios à sua saúde e à vida na sociedade. Na esteira desses pensamentos, Cavalcanti (1993) afirma que “... a educação sexual deve estar a serviço da felicidade da pessoa humana, preparando-a para, através do uso responsável da liberdade, ser um agente eficaz da promoção da felicidade individual e coletiva.” (p. 168).

Vitiello (1977) ressalta algumas finalidades da educação sexual. Por séculos, a questão vem sendo controlada pelos detentores do poder, que a manipulam para melhor exercer suas prerrogativas. Por outras vezes, a educação é determinada por grupos de dominação religiosa ou social, reprimindo os sujeitos e os submetendo a rígidos padrões culturais.

Tal tipo de educação consome e sufoca os indivíduos, tornando-os réplicas de modelos preestabelecidos. Para o autor, a educação deve ser socializadora, permitindo que o educando viva bem em sociedade e desenvolva capacidade cultural para se emancipar dos modelos impostos.

Berge (1958) alega que a educação sexual se destina à formação do sujeito, definindo-a como a “faculdade do amar”. Tal faculdade comporta dois aspectos, um físico e um moral, sendo que o segundo está sujeito ao tempo e a um processo de “evolução”. Com isso, a educação sexual não contempla apenas o ensino referente aos órgãos genitais, mas considera o ser em sua plenitude.

A educação sexual deve permear a integridade do indivíduo para que ele reflita sobre suas atitudes e encontre sua medida de equilíbrio.

Uma autêntica educação sexual deve ter objetivos amplos: oferecer à criança e aos jovens a possibilidade de compreender as dimensões e a significação da sexualidade, de maneira a integrá-la positivamente na personalidade, a contribuir para que possam realizar projetos de vida pessoal e social como seres sexuados. (Werebe, 1998, p.163).

Em face de tais pressupostos, afinal, como deve ser então a educação sexual? A princípio, pode-se apontar uma clara prioridade, no sentido de contribuir para a transformação social, cultural, econômica e política de um dado contexto, pois “... todo o saber é político, e ..., por sua vez, é uma prática social, instituída historicamente.” (Figueiró, 2001, p.92).

Dessa forma, pode-se concluir que a educação sexual viabiliza uma abordagem política, emancipatória e combativa. Reis e Ribeiro (2005) citam que a educação sexual deve ser “um trabalho planejado, organizado, sistematizado, com tempo e objetivos limitados, realizado por um profissional especializado.” (p.36).

O campo da educação sexual vai muito além. Segundo Camargo e Ribeiro (1999), ela deve ser vista na sua dimensão social, ética e moral. Ora, em todo processo educativo se considera uma narrativa entre a liberdade, a autonomia e o respeito à intimidade e, isso também se aplica ao tema da sexualidade.

Para esses autores, a educação sexual deve facilitar o desenvolvimento da vida sexual, respeitando as diferenças individuais, a liberdade e a espontaneidade. Assim, a educação sexual deve ser intencional e contínua, proporcionando um espaço de reflexões e diálogos conscientizadores.

No entanto, Suplicy et al. (2000) assevera que as pessoas convivem com a educação sexual no seu dia a dia mesmo quando não a percebem, agregando valores, símbolos, preconceitos e ideologias, fatores que se transformam a partir do desenvolvimento pessoal e das idiossincrasias de cada sujeito.

Ribeiro (2004), por sua vez, defende que a educação sexual deve ser completa e emancipatória, questionando as noções e pressupostos pedagógicos que estão diluídos nos saberes sociais. Assim, o educador deve cooperar com uma busca de cidadania para todos.

Complementando, Guimarães (1995) cita que a educação sexual deve criar oportunidades para a maturação dos sentimentos, promovendo as capacidades de solucionar e escolher, bem como o diálogo de questões éticas e morais. Ela deve operar em trocas dinâmicas, sendo um elo ativo entre gerações distintas. Assim, é necessário que se deixe “contaminar” por novos pensamentos e que eles sejam colocados em prática.

Já Vitello (1997) propõe que a educação sexual seja um ponto de equilíbrio para estimular o bem-estar, garantindo benefícios não somente ao indivíduo, mas à sociedade como um todo.

É necessário, então, procurar uma expressão mais ampla para especificar a educação sexual. Figueiró (2006) cita que, além de envolver cuidados e precauções de natureza fisiológica, ela também influencia o convívio e os afetos de um indivíduo. Desse modo, a educação sexual deve propor novos paradigmas que contemplem aspectos sexuais e sociais.

Nesse sentido, este trabalho defende uma educação sexual positiva, específica e intencional, que promova a conscientização e a autonomia dos alunos, estimulando sua reflexão e a problematização de tabus. A seguir, será abordada a escola e seu papel fundamental para a Educação Sexual.

6 O PAPEL DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

“Cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de auto referência por meio da reflexão.”
(PCN, 1997, p.121).

6.1 Por que a escola?

Para referir-nos à escola, o ponto de partida é a década de 70 e os anos 80. Segundo César (2009), neste período a sociedade brasileira conviveu com a reabertura política, o que implicam consideráveis e alterações em todos os âmbitos, principalmente políticos e sociais, sendo assim, também no campo da sexualidade. Nesse contexto, são constituídas novas maneiras de compreender a educação sexual. Segundo Figueiró (2001), nesta mesma década muitos livros sobre sexualidade foram escritos, tanto para jovens como para crianças e adultos.

Entre 1978 e 1979, conforme cita Guimarães (1995), foram realizados congressos sobre Educação Sexual nas escolas de iniciativa privada. Nesse momento, foi possível perceber o interesse dos profissionais da educação sobre o tema, visto que os eventos reuniram cerca de duas mil pessoas.

Nesse contexto, novas entidades foram criadas com o objetivo de controle populacional, dentre elas a Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil (BEMFAM), a qual organizou o 1º Seminário Técnico de Educação Sexual. Em 1983 ocorreu o 1º Encontro Nacional de Sexologia organizado pela Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia.

Contudo, essas entidades revogavam a visão da sexualidade reduzida ao sexo, à contracepção e aos conceitos biológicos, tendo como objetivo em geral o controle preventivo de doenças e a gravidez precoce. O aparecimento da AIDS e a propagação de outras doenças sexualmente transmissíveis entre os adolescentes e jovens instigaram as discussões nesse período.

Todavia, segundo Ribeiro (2004), os “... projetos foram relevantes enquanto balizadores de espaço para o debate de temas de sexualidade e da orientação sexual na esfera educacional escolar.” (p.23). Para Leão (2009) esses projetos apesar de não terem tido uma continuidade, pois houve suspensão de seu desenvolvimento com as trocas dos governadores e/ou prefeitos resultantes das eleições, os mesmos acabaram apresentando resultados expressivos.

Portanto, segundo Louro (2008),

A partir da segunda metade dos anos 1980, no Brasil, passou-se a discutir muito mais a sexualidade (e a homossexualidade) em várias instâncias sociais, inclusive nas escolas. A preocupação em engajar-se no combate à doença (Aids) fez com que organismos oficiais, tais como o Ministério da Educação passasse a estimular projetos de educação sexual, e, em 1996, o MEC incluiu a temática, como tema transversal, nos seus Parâmetros Curriculares Nacionais (os PCN, a nova diretriz para a educação do País). Vale notar, contudo, que as condições que possibilitaram a ampliação da discussão sobre a sexualidade também tiveram o efeito de aproximá-la das ideias de risco e de ameaça, colocando em segundo plano a associação ao prazer e à vida. (p.36).

Na seção anterior, foi mencionada a importância dos PCN. Segundo Leão (2009), a partir da inserção destes e do tema transversal Orientação Sexual, a sexualidade ganha notoriedade e, passa a ser importante a sua abordagem de modo formal e sistemático pela escola.

Assim, segue-se, agora, abordando a importância da escola nesse contexto. Sabendo-se que as manifestações da sexualidade estão presentes, cabe ao educador problematizá-las, uma vez que a escola tem como função a transmissão de saberes científicos.

No entanto, Guimarães (1995) diz que é dever da escola assegurar conhecimentos científicos de forma correta e esclarecedora, proporcionando interações tranquilas que possam juntar as gerações e os grupos sociais, bem como o desenvolvimento integral do indivíduo.

Esta é, ainda nas palavras de Leão (2009), um local expressivo de destaque na edificação de uma reflexão sobre a sexualidade dos alunos. Podendo contribuir, portanto,

... para envolver a família no trabalho de educação sexual, sendo que este trabalho pode colaborar para instigar a reflexão desta para o modo como vem lidando com o tema da sexualidade, auxiliando na ruptura da perpetuação dos estigmas, tabus e intolerâncias sexuais. (p.77).

Indaga-se a escola é o lugar mais apropriado para a discussão e a reflexão sobre a sexualidade. Veremos, agora, os principais argumentos que sustentam tal ponto de vista.

Nem sempre a família se encontra apta para lidar com as diversidades que o tema da sexualidade introduz e os pais se veem desorientados diante dos questionamentos feitos pelos filhos.

Dessa maneira, frequentemente o problema é relegado a terceiros, como os educadores escolares. Essa dinâmica não é exclusividade da contemporaneidade, já que o diálogo entre a escola e a família, bem como as dissonâncias acerca das questões da sexualidade, fazem-se presentes há muito tempo.

A sexualidade deve ser abordada com naturalidade. Assim, os temas devem ser colocados de acordo com os interesses dos alunos e atender às demandas pedagógicas, observando os valores ideológicos previamente introduzidos pela família e demais grupos sociais, bem como a faixa etária dos educandos (Werebe, 1998). Tem-se, portanto, a necessidade de adequar o tema à idade e às curiosidades dos alunos, viabilizando o diálogo e a reflexão.

A instituição escolar deve desestabilizar as ideias preconcebidas, tabus, preconceitos e crenças, fazendo com que os jovens reflitam sobre os seus discursos e questionem a sua visão sobre o mundo, aspectos indissociáveis nas situações de convívio social (Werebe, 1998).

Uma das competências da escola é guiar a educação sexual e balizar os conceitos vinculados ao seu sistema educativo, abrangendo a seleção dos conteúdos, as normas de comportamento diário e as dinâmicas de trabalho com os alunos. Para que todos esses aspectos ocorram de forma coesa, a escola deve estar ciente da sua condição de *locus* ideal para a reflexão e ação dos educadores e educandos (PCN, 1998).

Paredes, Oliveira e Coutinho (2006) reforçam que os PCN fazem da escola o lugar por excelência para a educação sexual, já que o ensino permite a desestruturação dos preconceitos aliada ao respeito às atitudes do aluno.

Ribeiro (2002) alerta que os educandos podem trazer referenciais deturpados, dúvidas, angústias e ilusões que levam a uma visão depreciativa do sexo. É a escola, mais uma vez, que assegura o local apropriado para o esclarecimento dos alunos, de modo que possam assimilar novos conceitos e elaborar suas ansiedades, medos e culpas.

De acordo com o autor, "... a escola está sendo a instituição mais indicada pelas autoridades educacionais, pelos especialistas e pela sociedade em geral como sendo o campo fértil e ideal para se dar orientação sexual." (Ribeiro, 1990, p.31).

É dessa maneira que o ambiente escolar se constitui um local plenamente adequado para se desenvolver a educação sexual, pois viabiliza "... uma intervenção pedagógica que busca favorecer a reflexão mediante a problematização de temas polêmicos." (Xavier, 2001, p.55).

Cabe a instituição escolar, portanto propiciar um ambiente afeito a diálogos e discussões no âmbito da sexualidade (Ribeiro, 2004). Dessa forma, a escola deve,

... envolver reflexão, tanto individual, quanto coletiva, pois é esse exercício que permitirá ao educando reconhecer-se como sujeito de sua sexualidade, capaz de construir relações mais saudáveis e positivas e capaz, ainda, de identificar possibilidades de interferir no curso de sua vida e da coletividade. (Figueiró, 2006, p.17).

Fica evidente, pois, que a escola é fundamental para a aprendizagem, inclusive porque é nela que surge parte das manifestações da sexualidade. Segundo Sayão (1997), é visível, em cada segmento da escola, manifestações da sexualidade – por exemplo, nas portas de banheiros, nos muros e nas carteiras. A escola é invadida pelas expressões sexuais, “as brincadeiras dos alunos no convívio escolar, o comportamento entre eles, as brincadeiras e paródias inventadas e repetidas, tudo isso transpira sexualidade.” (Sayão, 1997, p.113).

Da mesma forma, Paredes et al. (2006) afirmam que a escola é vista como lugar de demonstrações da linguagem oral e emocional, oculta ou declarada. Afinal, “nos desenhos, nas carteiras e nas paredes da escola, nos gestos ou nas falas, nas piadinhas ou nos sorrisos maliciosos, emergem assuntos relacionados à sexualidade.” (p. 23-24). Para Ribeiro (1996), essa manifestação fica evidente “desde o falar abertamente sobre o assunto até o não falar, porque o tema era revestido de uma conotação proibitiva.” (p.95). Maia (2003) complementa que “os valores subjacentes às concepções sobre sexualidade dos professores e funcionários da escola, quer se queira ou não, são fontes de influência para os educandos.... A sexualidade invade o espaço escolar nas múltiplas manifestações dos alunos.” (p.271).

Dessa maneira, o local adequado ao ensino da sexualidade, segundo Camargo e Ribeiro (1999), deve ser uma entidade que se responsabiliza por divulgar a cultura e as formas de comportamento acolhidas pela sociedade.

Furlani (2011) menciona que a escola deve compreender as diversidades em relação a gênero, raça, etnia e orientação sexual. Nesse sentido, Vitiello (1997) acrescenta que a escola não deve aplicar a educação sexual como uma disciplina avaliativa, mas, sim, por meio de um educador altamente treinado promover o diálogo reflexivo para a compreensão da sexualidade como um todo.

Guimarães (1995) defende que “a escola tem um grande potencial como educadora sexual e que é a instituição correta para a expansão de uma nova mentalidade em sexualidade humana.” (p.106). Pois é nela que os alunos manifestam sua sexualidade.

A posição crucial da escola se deve também ao fato de ser ela um local de despertar de desejos, inclusive do desejo de saber, o que permite canalizar a própria curiosidade dos educandos para desenvolver novos conhecimentos e valores.

Fundamental destacar, entretanto, que é preciso haver um compromisso não apenas com a implantação da educação sexual na escola, mas com sua integração a uma proposta pedagógica (Vitiello, 1997).

As perspectivas demonstradas permitem a conclusão, portanto, de que a escola constitui o local ideal para o ensino da sexualidade. Afinal, é nela que encontramos a diversidade de gêneros, culturas e valores de cada família instalada dentro de um mesmo espaço democrático e equânime: a sala de aula. E é nesse mesmo ambiente que se manifestam os maiores desafios ao empreendimento da tarefa, conforme se apresenta a seguir.

6.2 A escola e seus entraves diante das demonstrações de sexualidade

Em vista do que se demonstrou no tópico anterior, conclui-se que o melhor lugar para o exercício da educação sexual formal² é a escola, no parecer de autores como Ribeiro (1990), Xavier (2001), Guimarães (1995), Paredes et al. (2006), Vitiello (1997). No entanto, diversos obstáculos são encontrados nesse caminho.

Para Guirado (1997), “... a sexualidade é como um fantasma que ronda as cercanias e os interiores da escola e da sala de aula.” (p.25). Nem sempre é possível fazer de conta que a questão não existe, uma vez que, segundo Sayão (1997), ela brota nos banheiros, nos corredores e no interior da escola. Por esse motivo, é preciso desmobilizar essas barreiras, mesmo que seja por meio de um modelo de ensino que priorize a reprodução humana.

A escola não deve ser um espaço consagrado à da intimidade de cada sujeito. Ciente disso, não se propõe aqui utopias acerca da escola, mas apenas pontuações de constatações.

Ora, é preciso que a escola busque desenvolver uma miríade de saberes, contemplando desde hábitos alimentares até o posicionamento sexual dos alunos, lidando ainda com questões de raça, religião, entre outros. Nessa concepção, Pinto (1997) acredita que há um antagonismo entre a escola e a sexualidade.

De um lado, temos a escola tentando impedir sua manifestação, e, do outro, os adolescentes sinalizando que podem demonstrar sua sexualidade. Nessa relação dicotômica, a escola parece renegar seu papel pedagógico, ao invés de sancioná-lo.

Sabemos que, no interior das escolas, ainda persiste a opressão dessas manifestações de uma forma agressiva, hostil e rigorosa. A questão da sexualidade ainda é confinada ao âmbito das discussões biológicas e o sufocamento das suas expressões mais amplas, que envolvem aspectos como a libido, leva a posicionamentos agressivos (Pinto, 1997).

² “A educação sexual formal diz respeito a todo ensino intencional, planejado sobre a sexualidade, feito na escola ou na igreja, no posto de saúde, ou até mesmo em casa, quando os pais, por exemplo, intencionalmente, pegam um livro sobre sexualidade e decidem ler junto com a criança.” (Figueiró, 1999, pp. 3-4).

A escola, de forma global, é bastante inflexível acerca das individualidades sexuais. Segundo Goffman (1969), basta um passeio pelo passado, mesmo que recente, para lembrar as formas como eram dispostas as carteiras, as filas, os acessos às salas de aula, a padronização dos uniformes, dos horários, a presença invariável de um adulto, tudo construindo um espaço de controle e contenção.

Guimarães (1995) cita que a escola pode ser concebida de duas maneiras distintas, a saber: como um local para a promoção do ensino ou como o espelho dos jogos de poder nos quais está inserida. A esse respeito, Camargo e Ribeiro (1999) afirmam que, ainda hoje, impera nas escolas a separação de gêneros, idade e inteligência e, o educador ainda não foi deslocado do ponto central do processo de ensino.

Segundo os autores, “atualmente, esfacelada por uma série de motivos, a escola contém espaços de resistência, em que a criatividade e a sensibilidade representam possibilidades de problematização de seu papel.” (Camargo & Ribeiro, 1999, p. 43).

Guimarães (1995) ressalta que a escola ainda se mostra tradicional e conservadora, impedindo que a abordagem da sexualidade seja feita de maneira tranquila e equilibrada. Ao longo do período de aulas, por exemplo, segundo Ribeiro (1996), o conteúdo envolvendo o corpo humano costuma ser deixado para os últimos meses e, a parte reprodutora é normalmente a última a ser ensinada. Assim, a “... visão globalizada da questão sexo e a escola mostra que tal relação não acontece positivamente, uma vez que as pessoas da escola sentem-se “desobrigadas” de assumirem posições frente à sexualidade humana em seu trabalho.” (Guimarães, 1995, p.19).

Pinto (1997) analisa a escola como um local de construção da identidade. E, justamente porque auxilia a conscientização acerca da sexualidade dos jovens, ela demanda profundas alterações nas suas estruturas. A escola, via de regra, se posiciona como um lugar de antissexualidade, pois a educação sexual ainda não conseguiu entrar no espaço de ensino pela porta da frente, relegando a discussão à “periferia” do sistema, “... nossa hipótese é de que nossos jovens discutem e aprendem sobre sexo numa espécie de submundo escolar, num ‘mundo proibido’, ‘história subterrânea’, porque é lá que encontramos o amigo íntimo confidente e também o grupo de pares.” (Guimarães, 1995, p.20).

A instituição escolar se encontra deteriorada, descompromissada politicamente, desprovida de convicções pedagógicas. Seus projetos se perdem em suas referências de ensino e aprendizagem de sexualidade, reforçando estereótipos e noções que aceitam o erotismo como um elo da força vital. A falta de preparo dos professores é outro entrave a ser superado.

Conforme Ribeiro (1990), “o educador sexual deve, antes de qualquer coisa, acreditar em sua proposta, na necessidade de se levar para a sala de aula o debate sobre sexo e sexualidade.” (p.20). Assim sendo, é

... necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. Os professores necessitam entrar em contato com suas próprias dificuldades diante do tema, com questões teóricas, leituras e discussões referentes à sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto aos alunos e ter acesso a um espaço grupal de produção de conhecimento a partir dessa prática, se possível contando com assessoria especializada. (PCN, 1997, p.303).

Apesar da necessidade de uma formação específica para o trabalho com a sexualidade, Maia (2003) adverte que um dos entraves para efetivação dos programas de educação sexual nas escolas ocorre porque os professores, além de despreparados, apresentam valores preconcebidos, visões moralistas e arraigadas sobre sexualidade.

Segundo Suplicy et al. (2000), “... se a sexualidade for tema de observação de todos os educadores, serão removidas barreiras que podem prejudicar o desenvolvimento de um trabalho em fase inicial.” (p.27).

Em que pesem tantos e tão graves problemas, é certo afirmar, com Furlani (2011), “... que a escola pode ajudar na construção de uma sociedade mais justa e equânime.” (p.62).

Portanto, para Ribeiro (2013), havendo uma formação para professores, políticas públicas e investimento dos órgãos governamentais, a escola pode se constituir em um espaço importante, eficaz e efetivo para se trabalhar questões envolvendo sexo, sexualidade, gênero e diversidade.

Finalizando, como vimos no tópico anterior, escola é a instituição mais indicada pelas autoridades educacionais, pelos especialistas e pela sociedade em geral como campo fértil e ideal para se ocorrer a educação sexual (Leão, 2009).

Porém, faltam cursos de aprimoramento e aprofundamento teórico e reflexivo para os professores, com a finalidade de subsidiar a prática no trabalho com os alunos, pois a maioria não está preparada para conduzir discussões sobre sexualidade e, muitas vezes, assume atitudes discriminatórias com os educandos.

Sendo assim, faz-se necessário um trabalho que desmistifique a sexualidade do próprio educador. Neste sentido, a escola representa o *locus* por excelência para abordar o tema sexualidade com jovens; entretanto, é preciso que haja preparação dos educadores nessa área e o compromisso governamental, objetivando melhor formação do adolescente.

Reflete-se, a seguir, sobre os gestores escolares, seus papéis e suas funções para efetivar a educação sexual na escola.

7 O PAPEL DO GESTOR

“Espera-se, com essa reflexão, contribuir para o estabelecimento de ações de gestão mais conscientes e orientadas para a efetivação de resultados educacionais mais positivos, tendo como foco de aprendizagem dos alunos sua formação.”
(Lück, 2010, p.15).

7.1 Gestão educacional, funções e papéis

A instituição escolar é envolvida por um território dinâmico, que traz para si vários profissionais (gestores, coordenadores, professores, inspetores, serventes) e, por consequência, várias funções. Dentre eles, um dos mais relevantes é o gestor (diretor), que assume a posição de poder e de decisão sobre os mais variados temas, aspecto central para a discussão das formas de implantação da educação sexual.

É imperioso que o gestor se adapte às novas realidades e demandas enfrentadas pela escola, pois muitas são as transformações a que ela se submete. De acordo com Penin e Vieira (2002), “... a escola sofre mudanças de acordo com os momentos históricos. Sempre que a sociedade defronta-se com mudanças significativas em suas bases sociais e tecnológicas, novas atribuições são exigidas da escola.” (p.13).

Compreendemos que diante dessa realidade, o papel do gestor não deve apenas permear o gerenciamento administrativo e financeiro e a coordenação e controle de pessoal, mas exercitar um olhar permanentemente reflexivo acerca das necessidades escolares. Assim, a gestão envolve o processo político da administração, tomadas de decisão e a qualificação das medidas assumidas no desempenho do seu papel.

O termo “gestão”, para Lück (2010), implica a compreensão da organização educacional e de seus procedimentos e o entendimento das demandas da educação associadas às necessidades dos educandos.

Laranja (2004) esclarece que o conceito de gestão nas escolas é um advento recente, que teve início nos anos 80. Antes disso, empregava-se o termo “administração escolar”, o que abarcava apenas os princípios e condutas de posição e autoridade, não atendendo às dificuldades atuais. Ao se tomar consciência da maior abrangência dos processos de ensino, o gestor escolar passou a incorporar atribuições muito maiores.

Lück (2010) afirma que a gestão educacional tornou-se eficaz a partir da década de 1990, consolidando-se como conceito comum nas ações de sistemas de ensino e escolas. Em

razão da complexidade do seu papel, os gestores educacionais devem estar preparados para vencer desafios e converter suas experiências em novos aprendizados, aprimorando sua própria atividade e auxiliando os demais funcionários.

A autora cita que a gestão educacional se divide em duas vertentes que andam em sincronia, abrangendo uma gestão micro e uma gestão macro. A vertente macro, segundo a pesquisadora, abrange o sistema educacional como um todo, mas se refere especialmente à coordenação de escolas, diretrizes e políticas educacionais públicas. Dessa maneira, é possível introduzir políticas e projetos pedagógicos³ nas escolas, preservando a autonomia, a participação compartilhada e a transparência das atitudes pedagógicas.

Ariza (2004) defende que o gestor educacional deve atender seu público levando em conta seus valores e distintos aspectos culturais. Uma das tarefas desse gestor educacional é, portanto, “... detectar e avaliar constantemente novas oportunidades; mapear as percepções, preferências e exigências dos alunos, bem como de seus familiares; manter-se constantemente em contato com seu público alvo, para assegurar que eles estejam satisfeitos.” (p.71).

Por esse motivo, a gestão educacional deve, segundo Lück (2010), ser democrática e participativa, tendo como responsabilidade as várias autarquias do sistema de ensino e da escola, com equilíbrio que iguale a independência e a cooperação, mostrando a qualidade de suas atividades à comunidade. Assim, para a autora, a gestão educacional deve propor um novo modelo, que conserve uma visão ampla da política e da sociedade e se disponha a operar reformas interdisciplinares por meio da cooperação, da cidadania, da emancipação, da pedagogia e da organização do ensino.

Lück (2010) evidencia que a gestão educacional deve promover estudos fundamentais e estimular o desenvolvimento do sistema como um todo, assumindo relevância por meio do seu exercício democrático e conferindo autonomia administrativa.

Com a efetivação dessas sequências construtivas, porém, a autora acredita que seja possível desencadear avanços individualizados, de curta conquista e duração reduzida.

Nos próximos apontamentos, definir-se-á a importância de uma gestão adequada que possa conduzir a integração da equipe e potencializar os resultados.

³ “Termo garantido por lei no Art. 14, inciso I, da Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, define a elaboração do projeto pedagógico da escola pelos professores, como princípio na definição de normas de gestão democrática do ensino público. Em muitos estados brasileiros, esse projeto é denominado como projeto político-pedagógico, de modo a enfatizar a sua dimensão política, que, de qualquer modo, independentemente da especificação, da denominação, nele está inserida como processo. O que se pretende, com essa denominação, é evidenciar essa dimensão, muitas vezes esquecida, não se devendo, no entanto, ao fazê-lo, desqualificar as dimensões necessárias à sua efetividade.” (Lück, 2010, p.35).

7.2 O papel do gestor escolar

Atualmente, o gestor escolar deve reunir aptidão e competência para promover objetivos perceptíveis, incentivando os educadores e estimulando ações que envolvam todo o corpo docente em atitudes participativas e coletivas.

Um gestor ágil tem a capacidade de fortalecer o potencial de trabalho de todo o grupo, fazendo com que os membros se sintam capazes de implementar realizações com sucesso nos projetos desenvolvidos pela escola, bem como nas medidas necessárias à educação sexual na instituição.

As unidades escolares bem coordenadas dispõem de confiança e interação com a coletividade na edificação de objetivos pedagógicos e curriculares. Assim, deve-se criar condições para uma mútua troca de conhecimentos entre professores e funcionários, criando um vínculo a favor de um clima organizado e gratificante. A esse respeito, é importante salientar, de acordo com Lück (1998), que

Os dirigentes da escola ao redor do mundo estão descobrindo que os modelos convencionais de liderança não são mais adequados. As escolas necessitam de líderes capazes de trabalhar e facilitar a resolução de problemas em grupo, capazes de trabalhar junto com os professores e colegas, ajudando-os a identificar suas necessidades de capacitação e adquirir as habilidades necessárias e ainda serem capazes de ouvir o que os outros têm a dizer, delegar autoridade e dividir o poder. (p.34).

O eixo central da gestão escolar é a conexão estabelecida entre a escola e a sua comunidade. A esse propósito, Lück, Freitas, Girling & Keith (2002) destaca seis fatores relevantes da gestão escolar, a ver: melhorar a qualidade pedagógica; garantir currículos concretos, atuais e dentro da realidade; aumentar o profissionalismo docente; evitar o isolamento dos diretores e professores; motivar o apoio comunitário às escolas; e desenvolver objetivos comuns na comunidade escolar.

Dessa forma, a permanente gestão escolar favorece o estabelecimento de um local dinâmico, independente da burocracia centralizadora da cultura organizacional escolar e do sistema de ensino brasileiro.

Aranha (2005) ressalta que a gestão deve adquirir “força de autoridade” a ser respeitada por todos. Isso, porém, não acontece de um dia para o outro e necessita de empenho e resistência por parte de direção.

Valérien (1993), por sua vez, vai mais longe, e afirma que se trata de um trabalho de união entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Ministério da Educação (MEC).

Ao gestor escolar é fundamental uma postura democrática, que possa conduzir o corpo docente e a comunidade à participação alinhada e ao encadeamento das decisões. A qualidade da educação, por sua vez, deve possuir uma coesão que, segundo Lück (2010), será estabelecida, encorajada e norteada pela chefia da direção da escola e sua equipe gestora.

Portanto, “...a gestão escolar deve dar um sentido, impulso, perseverança e uma lógica à ação educacional, melhorando assim seus desempenhos e processos educativos.” (Lück, 2010, p.15).

Segundo Lück (2010), a gestão escolar precisa dar vez e voz à própria escola, pois ela reproduz as desigualdades do grupo social. Enquanto não se renovar o sistema como um todo, a escola continuará a mesma. De acordo com Ribeiro e Menin (2005),

... estudos têm ressaltado a Gestão Escolar como fator determinante que faz diferença significativa na melhoria da qualidade de ensino. O tipo de liderança, o trabalho da equipe escolar, a decisão colegiada, o envolvimento dos professores nas decisões, a competência e o comprometimento do gestor, as mútuas relações estabelecidas entre professores-alunos-diretor-funcionários-pais, o exercício da autonomia, a organização do ambiente escolar, o envolvimento dos pais e da comunidade, o uso adequado de indicadores e o acompanhamento do controle de resultados são fatores que promovem a eficácia e a qualidade dos serviços educacionais e só existem quando existe uma gestão eficaz. (p. 63).

Seguindo a mesma linha de reflexão, Laranja (2004) diz que o gestor deve conceber um grupo que atue na melhoria da escola e que seja comprometido com o funcionamento ideal da instituição. Cumpre, portanto, que seja um líder capaz de estimular o grupo, que possua méritos, arrojo e aptidão para reciclar suas próprias atitudes.

De acordo com o autor, “... ao diretor cabe, indiscutivelmente, uma postura em consonância com os fundamentos da própria escola, pois de nada adianta pregar dogmaticamente uma ideia que não seja de fato vivenciada.” (Laranja, 2004, p.242). Do gestor se espera, enfim, que “...tenha criatividade; perceba o macro; saiba trabalhar em equipe; seja ágil na resolução de problemas; se comunique com eficiência.” (Laranja, 2004, p.242).

Vasconcellos (2002) afirma que a função primordial do gestor é ser o elo integrador, o articulador dos vários setores, dentro e fora da escola, gerindo as atividades em conformidade com os projetos estabelecidos. Segundo Bonfim (2009),

...o gestor deve estar diariamente comprometido com a unidade escolar e seus educandos, empenhando-se na construção de uma imagem positiva de si, dos alunos e da escola, pois a satisfação dos mesmos é o reflexo de um bom trabalho de gestão escolar. (p.35).

Segundo Laranja (2004), o líder da direção escolar deve se certificar da sua própria autoridade e acenar como incentivador, promovedor e causador de movimentação nos vários procedimentos escolares, assegurando emancipação aos educandos e responsabilidade aos educadores.

É imprescindível a atuação do gestor para que ocorram, de fato, mudanças na escola como um todo, envolvendo toda a equipe escolar. Lück (2010) propõe a expansão das relações de ensino-aprendizagem, o que deve ser implantado a partir do interior das salas de aula.

Laranja (2004) acrescenta que o gestor não deve se preocupar somente com o médio e longo prazos, mas implementar “... planejamento estratégico; desenvolvimento dos processos; avaliação dos resultados alcançados.” (p.244). O autor relata, ainda, que a escola deve ter autonomia para notar suas imprescindibilidades e se reciclar constantemente, o que garante a antecipação de inúmeros problemas.

Para Velanga (2009), o gestor e sua equipe são fundamentais na escola. Eles se tornam únicos e imprescindíveis, cumprindo funções ímpares como

... ouvir atentamente as opiniões e solicitações da comunidade, delegar tarefas e responsabilidades, garantir a palavra dita, ouvida e o voto nas decisões, respeitar e fazer valer as decisões da maioria, proporcionar encontros informativos, deliberativos e consultivos em reuniões e assembleias, valorizar o trabalho e o esforço de todos e avaliar as ações dos conselhos ou órgãos colegiados tornando a escola um lugar de efetivação da democracia plena. (Velanga, 2009, p. 41).

Portanto responsáveis por transmitir informações atuais e fazer com que o local se torne agradável e organizado.

Dessa maneira, todos os esforços empreendidos atuarão em benefício do próprio sistema, favorecendo funcionários, educadores e educandos.

7.3 Gestor escolar e educação sexual

Esse tópico inicia lembrando que todos os gestores possuem uma formação para ocuparem o cargo ao qual se encontram, sendo assim, todo gestor já foi um dia professor.

Quando nos deparamos com essa questão, talvez possamos entender o porquê do gestor não saber como lidar com a temática da educação sexual, pois em sua formação inicial não teve contato com o tema.

O gestor escolar deve estar atento a todos os tipos de demanda no ambiente escolar, como, por exemplo, as demonstrações de sexualidade que envolvam os educandos. Por isso, deve continuamente dialogar com os educadores sob sua liderança a respeito de alternativas que possam vir ao encontro das necessidades da instituição e dos alunos.

Penin e Vieira (2002) afirmam que “...a escola sofre mudanças de acordo com os momentos históricos. Sempre que a sociedade defronta-se com mudanças significativas em suas bases sociais e tecnológicas, novas atribuições são exigidas da escola.” (p.13).

O gestor deve atuar na integração de toda a equipe diante do acolhimento das discussões atuais. As noções contemporâneas da Educação Sexual preveem a necessidade de a escola refletir sobre sua composição interna, sua direção, suas configurações em termos de períodos, lacunas e condições de ensino, e isso leva a uma nova concepção de escola.

É indispensável que se renovem os velhos padrões de ensino e aprendizagem a partir das necessidades do educando, levando em consideração a função social do sistema. Isso implica, entre outras coisas, vincular o conhecimento pessoal ao conhecimento científico e acompanhar as transformações sociais, sem dissimular a realidade, conquanto buscando reformulá-la.

Ribeiro e Menin (2005) observam que o papel do gestor é de primeira necessidade para a divulgação da educação sexual e da educação como um todo na escola, e a função de vincular todos esses processos é provocadora.

Bonfim (2009) acrescenta que os gestores não podem ficar somente nas funções administrativas, mas devem encabeçar o trabalho global e as interações para que as metas sejam atingidas.

Embora seja essencial o papel particular do gestor no planejamento das atividades envolvendo a educação sexual, Bonfim (2009) pontua algumas prioridades,

... a inserção da sexualidade no currículo escolar demanda, inicialmente, a criação de um espaço de discussões e debates voltado para a preparação da equipe docente responsável pelo trabalho desta temática no contexto escolar. Neste espaço, os próprios educadores poderão refletir sobre as questões ligadas à sexualidade revendo seus preconceitos e tabus, bem como diversificando o conhecimento sobre o tema através de pesquisas bibliográficas e da busca de experiências com outros profissionais da área de educação e de outras áreas do conhecimento, tais como: medicina, psicologia, sociologia, entre outros. (p.34).

Partindo desse pressuposto, de acordo com Leão (2009), “...um dos grandes empecilhos para a implementação de programas de orientação sexual nas escolas é o despreparo dos professores.” (p.95).

Leão (2012) é clara ao citar que as pesquisas declaram que a formação inicial não possui um embasamento teórico sobre a temática educação sexual, pois é visto como conteúdo de caráter privado, que não é envolvido de forma aberta no espaço escolar e universitário.

Na realidade, não é culpa desses profissionais, pois temos, de acordo com Figueiró (2006), a falta de contribuições teóricas para o trabalho com a temática, que se torna um problema para os professores, que se deparam a todo o momento com as manifestações da sexualidade pela escola.

Segundo Leão, Bedin e Ribeiro (2010), os cursos de formação inicial necessitam de rever suas grades curriculares e inserir disciplinas relacionadas à sexualidade, para um preparo dos profissionais da educação para trabalhar com a temática.

Sendo assim, Benites (2006), citada por Leão (2009) faz uma análise geral durante toda a história da educação sexual no Brasil vendo que a dimensão da sexualidade ocorreu de maneira informal e isoladamente nas Instituições de Ensino Superior em poucos cursos.

Apesar de toda a necessidade de se abarcar a disciplina de sexualidade/educação sexual na formação profissional do professor, segundo Benites (2006),

... as iniciativas são isoladas e raras, como já foi visto. Explicitamente, a temática ainda não faz parte do cotidiano da universidade porque não despertou o interesse nos gestores do ensino superior no país. Por isso, cabe perguntar como vem sendo feita a formação dos profissionais que vão vivenciar experiências e discutir conteúdos desta temática. (pp.58-59).

Apesar de ser um assunto de extrema prioridade, Maia (2003) ressalta que não há nos cursos de formação a disciplina sexualidade humana, sendo que há poucas iniciativas de inclui-las.

Leão (2014) reforça a compreensão que a sexualidade nestes casos é vista como assunto secundário, o qual não precisa ser abrangido no contexto educacional. Segundo Sayão (1997), é imprescindível que o professor na sua formação tenha assuntos ligados ao tema em questão. Sendo assim, Camargo e Ribeiro (1999) salientam que os currículos dos cursos de formação de professores necessitam considerar discursos e vivências de sexualidade, despertando neles as possibilidades do corpo e dos sentimentos.

Leão (2009) esclarece ainda que o:

...que justifica a necessidade de disciplinas específicas de sexualidade nos cursos de licenciaturas é a urgência do preparo dos futuros profissionais que atuarão no cenário escolar, em que deverão abordar este assunto, precisando, portanto, ser devidamente preparados. Outro aspecto que esclarece esta necessidade é a escassez de espaço dentro da Universidade para se tratar deste assunto. Não é plausível crer que os docentes universitários irão abrangê-los, principalmente porque a maior parte destes também não teve acesso a informações específicas deste assunto. (p.115).

O autor Vitiello (1997) complementa que, “...os cursos profissionalizantes, de maneira geral, muito pouco [ou talvez nada] ensinam sobre a sexualidade, sequer sobre os preceitos mais básicos da anatomia e da fisiologia, quanto mais quanto ao comportamento.” (p. 102).

Portanto, Leão (2012) diz que se faz necessária a inclusão nas Instituições de Ensino Superior das temáticas da sexualidade, pois é essencial se instrumentalizar professores, visto que, inevitavelmente, eles se depararão com circunstâncias em que terão de abordar este tema, sendo indispensável estarem aptos a saberem como o fazer, de modo a não terem uma postura repressora, preconceituosa e conservadora.

Concluindo, na esteira dessas concepções, Ferguson (1993) acrescenta que, enquanto não deixarmos de negar as falhas e não confessarmos nossa estupefação e alienação, não poderemos dar os próximos passos.

8 RESULTADOS E DISCUSSÕES

8.1 Análise das categorias

8.1.1 Categoria 1 - Sexualidade e escola

Essa categoria discorre a visão que os gestores têm sobre a sexualidade, como a percebem nas manifestações das crianças.

8.1.1.1 Concepção da sexualidade

- Biológica

G1: “É tudo, descobrir seu corpo, sua vida, se você não sabe como é seu corpo não vai saber se tem alguma doença”.

G3: “É o despertar, o interesse da criança primeiramente quando a gente primeiro vê o interesse pelo outro sexo é o despertar”.

G5: “Bem, nós lidamos nós lidamos aqui com uma faixa etária de 4 a 10 anos de idade e cada faixa etária tem um comportamento diferente do outro o mais difícil é quando eles começam a entrar nessa fase da adolescência que começa a despertar mais para esse lado, a curiosidade, as brincadeiras, essa fase é a mais difícil para gente quanto escola”.

G7: “Pra mim a sexualidade na escola é principalmente nessa faixa etária de 6 a 11 anos é uma fase cheia de descobertas é que as crianças estão elaborando hipóteses, pensamentos estão formando opiniões, então tem que ter tudo bem esclarecido”.

G10: “Sexualidade para nossos alunos é a descoberta do próprio corpo, né. É o encostar no colega, o tocar no colega”.

G11: “Eu entendo por sexualidade quando o adolescente e a criança começam a descobrir seu corpo e perceber as diferenças entre eles, entre homens e mulher”.

- Inerente

G8: “É o que faz parte do ser humano o que completa”.

G9: “Eu acho que a sexualidade faz parte do ser humano ela engloba tudo”.

G12: “A manifestação natural que as crianças tem e demonstram sobre aquilo que eles vão viver e já tão começando a viver na adolescência ou até em 10 e /ou 11 anos”.

A partir de tais respostas, observamos que os gestores têm somente alguns apontamentos sobre o que é sexualidade. Um dado interessante é que eles não se referiram à palavra “sexualidade” em nenhum momento como algo natural, mas empregaram expressões como “isso aí” ou “aquilo”. Não a relacionam com afetividade, gênero e suas demais demonstrações.

Os participantes se dizem sempre atentos ao que pode ocorrer nas demonstrações de sexualidade dos alunos. Em nenhum momento, porém, referem-se à afetividade, prazer ou amor. A preocupação maior é com a descoberta do corpo e com o que isso pode desencadear. Nas palavras de Maia e Ribeiro (2011):

... a sexualidade é um conceito amplo e histórico. Ela faz parte de todo ser humano e é representada de forma diversa dependendo da cultura e do momento histórico. A sexualidade tem componentes biológicos, psicológicos e sociais e ela se expressa em cada ser humano de modo particular, em sua subjetividade e, em modo objetivo, em padrões sociais que são aprendidos e apreendidos durante a socialização. (pp.75-76).

Figueiró et al. (2009) defende que sexualidade inclui o sexo, a afetividade, o carinho, o prazer, o amor, os gestos, a comunicação, o toque e a intimidade. Castro, Abramovay e Silva (2004), por sua vez, dizem que a sexualidade “é uma das dimensões do ser humano que envolve gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução” (p.29). Assim, o conceito, bastante amplo, compreende também os valores e as regras morais que cada cultura realiza sobre a atitude sexual.

De maneira geral, conclui-se que os gestores se sentem reprimidos ao falar do tema e que não conseguem entender a sexualidade segundo uma visão global (ou, pelo menos, não o demonstram), enfatizando o aspecto físico em detrimento do emocional.

8.1.1.2 Manifestações da sexualidade

- Contato

G1: “As crianças se percebem um mexe com o outro, as meninas se encorpam chamando a atenção dos meninos, meninos que parecem gays mexendo com outros meninos”.

G5: “Oh! Os pequenos de 4/5 anos eles tem uma coisa de achar de beijar na boca, mostrar os órgãos genitais principalmente os meninos tem muito disso, mas é mais uma coisa inocente tem uma fase que é meio estranho eles não demonstram muito isso depois dos 6 aos 9 anos você não percebe muito isso, quando entra no 5º ano essa fase dos 10 e/ou 11 anos é que começam a demonstrar mais isso, querer namorar, falar que outro mexeu aquela coisa mais de adolescência mesmo”.

G10: “Acontece às vezes de crianças em fila, na fila um encostar no outro, principalmente meninos com meninos que a gente está assim admirada da situação são mais os meninos que fazem esse tipos de coisas as meninas são mais discretas, às vezes uns correm atrás do outro em forma de brincadeira a gente sempre fica de olho no recreio para não acontecer algo mais grave”.

G11: “Como aqui a gente trabalha com crianças dos 6 anos até 17/18 anos, dependendo da série em que estão inseridos, a gente percebe essa manifestação de maneira diferente. As crianças menores têm uma curiosidade mais explícita, e elas perguntam quando têm essa curiosidade. Elas têm vontade de saber, na hora do recreio a gente percebe a curiosidade no banheiro feminino e masculino, então eles ficam na porta do banheiro se empurrando, os meninos ficam empurrando as meninas pro banheiro masculino e vice-versa, então a gente percebe que indiretamente eles demonstram esse interesse pela sexualidade através dessas manifestações. Elas entram em contato com a sexualidade muito cedo, muito cedo dentro de casa, a mídia eu acho que influencia bastante, a cultura que eles tem a cultura do funk, então o funk ele exacerba essa sexualidade principalmente nas meninas. Aqui, a gente tem um sistema bastante rígido de normas e regras, então as meninas, por exemplo, a gente percebe que elas querem manifestar a sexualidade primeiramente através das roupas, então aqui as bermudas têm que ser compridas, ou é a bermuda comprida e a calça comprida, camisetas não podem ser baby look, tem que ser compridas porque, se a gente deixar, elas vêm de short bem curtinho e camiseta baby look e é o que a gente percebe na vestimenta delas na rua”.

- Curiosidade

G2: “Vai muito da faixa etária da idade, por exemplo, logo no inicia no começo o 1º ano tem a fase do reconhecimento da curiosidade, então aparece um mostrando para outro aí vem a mãe e reclama e a gente fala isso é normal faz parte da formação e a medida em que vão crescendo vão tomando atitudes assim que a gente vai ficando mais atenta”.

G6: “Depende da faixa etária dos 6/7 anos elas começam a descobrir então tem o interesse de ver o do amigo, então a gente tem que ficar muito atento ao banheiro depois quando ele vai crescendo ele vai A gente vê que uns se engraçam mais com o sexo oposto e tem muitos que ficam muito próximos do mesmo sexo”.

G9: “Curiosidade”.

G12: “Acho que mais as curiosidades. Nessa escola tem alunos de 6 a 11 anos e adolescentes. De 6 a 11 anos curiosidade, por exemplo: questionamentos como vieram ao mundo, o que o pai faz e deixa de fazer com a mãe em casa o relacionamento familiar coisas desse tipo e a descobertas do interesse pelo funcionamento do corpo. Nos adolescentes, já o namoro, o interesse das meninas por homens mais velhos e até a questão da falta dessas meninas, eu digo meninas porque não vem a escola para namorar e ter alguns relacionamentos até!”.

Quanto às manifestações e influências, percebe-se que o momento da descoberta do corpo, as demonstrações das crianças, a curiosidade sobre o corpo do outro, gestos, a homossexualidade e as questões culturais, como as músicas (principalmente o *funk*), são relatados com apreensão pelos gestores. Desprovidos de conhecimento e informação

adequada sobre a sexualidade infantil e suas indicações, grande parte dos gestores não conseguiu agir com naturalidade diante das questões que envolvem o tema.

Sendo assim, as formulações conceituais sobre sexualidade infantil datam do começo deste século e, ainda hoje, não são conhecidas ou aceitas por parte dos profissionais que trabalham com crianças, inclusive educadores (PCN, 1998, p.296).

Sabe-se de que é inato que os indivíduos toquem em seus genitais, sentindo que isso lhes proporciona prazer. De acordo com o PCN (1998), “os jogos sexuais infantis têm caráter exploratório, pré-genital.” (p.303). Assim, não há a necessidade de desviar a atenção da criança para outras práticas.

Ribeiro (2004) esclarece que a sexualidade é aprendida ao longo da vida, por meio da religião, da mídia, dos livros, da sociedade inserida em um determinado tempo histórico. O autor diz que a sexualidade tem seu contexto social e está presente nos meios de comunicação, nas músicas, nos filmes, constituindo parte essencial do ser humano.

Assim, compreende-se, a partir dos dados expostos, que os gestores têm uma ideia precisa de que as manifestações culturais influenciam as atitudes das crianças. No entanto, percebem as suas curiosidades sobre o corpo e que tais manifestações estão vinculadas à vida particular do aluno e às suas expressões da sexualidade, que, em grande medida, ocorrem no ambiente escolar.

8.1.2 Categoria 2 - Educação Sexual

Essa categoria aborda a concepção que os gestores têm sobre a educação sexual, os temas que acham apropriados para serem discutidos com os alunos e os obstáculos que dificultam o trabalho relacionado a temática.

8.1.2.1 Visão da educação sexual

- Orientação

G3: “Difícil!! Educação Sexual, é uma orientação que a criança não tem em casa que a escola tem que passar isso ou muitas vezes tem de uma forma deturpada, tem que passar de uma maneira leve porque quando fala em educação sexual pensa em sexo o homem com mulher mas não é isso, a educação sexual é abranger a criança o seu desenvolvimento como já disse na fala as mudanças o que está acontecendo o que poderá acontecer se ela não tomar certos cuidados, então seria isso, né!”.

G6: “É orientar a parte sexual da criança, o que ela pode fazer, o que é seguro fazer o que não deve ser feito cientificamente, bem assim, de acordo com a medicina, é isso que eu acho”.

G7: “Uma educação sexual, lá em nós procuramos fazer palestras, lá tem as palestras porque nós somos muito ligado a área da saúde, lá então nós fazemos tudo unidos. Uma educação sexual eu acho que inclui palestras que nós fazemos abordagem correta dentro do currículo, do planejamento é o mais importante”.

G8: “Seria uma orientação, porque eu acho assim cada família tem um jeito de abordar, antigamente a coisa era mais fechada, hoje não a coisa está muito aberta as duvidas são as mesmas mas eles estão mais abertos nessa geração, então eu entendo assim a importância dessa orientação até por conta da própria mídia, a maneira que eles mostram as meninas tão crianças e já dançando eu entendo que precisa ter, mais em uma forma de orientação, porque eu acho que no fim cada família tem seu jeito próprio de orientar”.

G9: “Orientação que passamos para os alunos”.

G10: “Eu acho que educação sexual deveria ser a forma correta de ensinar a sexualidade para a criança, né! Não de uma forma vulgar como eles estão aprendendo aí no dia a dia, deveria de ser de uma forma como uma orientação educacional, é uma educação sexual quer dizer, assim falar da maneira correta e agir da maneira correta, mas fica difícil para a escola trabalhar sobre isso porque ele vem com uma ideia totalmente diferente de casa, de televisão, de revistas de coisas que eles vão aprendendo de maneira erradas por aí e não da maneira correta como deveria ser ensinado”.

- Prevenção

G1: “Falar sobre o corpo, falar parte do homem quanto da mulher para se avaliar para ver se tem algum caroço, se tocar e não ser tocada por qualquer pessoa”.

G5: “Eu acho que mais na conscientização das doenças que são sexualmente transmissíveis, a gravidez precoce que é que nós temos visto muito, aí, meninas de 12/13 nos gravidas, né. É, é mais é isso, se eu falar que a gente trabalha muito em cima disso, não! É no 5º ano que eles perguntam algumas coisas e o professor daquela respondidinha, assim porque o próprio professor também tem, um certo, não sei, se é preconceito, um certo medo de falar, é um assunto delicado por mais que estejamos aqui no século XXI, a pessoa, ah! não sei o que? Modernizou, não é bem assim. É um tema difícil de ser trabalhado”.

G11: “Educação sexual é o aluno receber informação a respeito da sua sexualidade e de como se portar diante da sociedade, então ele aprende sobre sexualidade, aprende sobre doenças venéreas, ele aprende a se proteger, ele aprende sobre vários temas relacionados à sexualidade”.

- Diversidade de gêneros

G2: “O que eu acho que deve ser uma educação sexual? Eu acho que é uma formação trabalhar com o seu corpo o respeito as diferenças que hoje tem o respeito é importantíssimo porque a gente começa tem criança que você percebe não sei sou muito leiga para falar isso mas homossexualidade tem menino começou e já está tendo problema chamei a mãe falei claramente vamos observar elas falam que não tem problema de repente elas soltam que na outra escola ela teve esse problema, então acho que tem que começar desde cedo e a gente tem que estar atento a tudo e conversar com eles muito sobre isso”.

G4: “Envolve o ser humano de uma forma geral, então hoje em dia nós temos aí de uma forma mais emergente as questões dos gêneros, até que quando eu comecei na minha carreira não tínhamos uma preocupação em relação a isso e hoje é necessário orientar na aceitação e também informar o que é isso, as opções diferentes que a gente vai encontrar hoje nós já sentimos que também está atingindo nossas crianças, também a educação sexual ela não diz respeito somente a parte hormonal, sexual propriamente dita mas a formação desse ser humano para viver sua sexualidade, né.

G12: “Eu acho que educação sexual é preparação para a vida é buscar o sentido da conjunção carnal e tentar tirar os preconceitos desses relacionamentos, então por exemplo a gente vê a questão do sexo dado o estilo heterossexual ele é bem aceito e explicável, porém quando se trata da questão da homossexualidade a gente ainda tem entraves mesmo sendo em uma escola pequena eu acho que esses assuntos deveriam ser tratados senão no seio da família logo nos primeiros anos porque afinal de contas tentar tirar o preconceito da cabeça dessas crianças ou pelo menos trabalhar ele de outra maneira”.

Os gestores G2, G12 e G4 enfatizam as problemáticas relacionadas à homossexualidade e aos preconceitos. A esse respeito, os PCN (2000) pontuam a relevância de se

...combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para a sua transformação. A flexibilização dos padrões visa a permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano que são dificultadas pelos estereótipos de gênero. Como exemplo comum pode-se lembrar da repressão das expressões de sensibilidade, intuição e meiguice nos meninos ou de objetividade e agressividade nas meninas e a... discriminação de um aluno em seu grupo, com apelidos jocosos e às vezes questionamento sobre sua sexualidade. O professor deve então sinalizar a rigidez das regras existentes nesse grupo que definem o que é ser menino ou menina. (pp.144-145).

G3, G6, G7, G8, G9 e G10 mencionam a orientação e abordagem familiar, citando a realização de palestras ligadas à saúde. Concordam ao declarar que educação sexual é o aluno receber informação a respeito da sua sexualidade e de como se portar diante da sociedade, aprendendo, então, sobre sexualidade, sobre doenças venéreas, aprendendo a se proteger, e sobre vários temas relacionados à sexualidade.

Se as ideias dos gestores G3, G4, G6, G8, G9, G10 e G11 fossem reunidas, chegar-se-ia à noção que mais se aproxima do significado apropriado do termo “educação sexual”. Ribeiro (1990) explica que

Educação Sexual refere-se aos processos culturais contínuos desde o nascimento que, de uma forma ou de outra, direcionam os indivíduos para diferentes atitudes e comportamentos ligados à manifestação da sexualidade. Esta educação sexual é dada sem uma metodologia, um programa ou preocupação escolar e didática, mas ocorre na família, no bairro, com amigos, pela TV, pelas revistas e até na escola, transmitindo valores e determinados padrões sexuais da época. Assim, todos os indivíduos que vivem em sociedade, a partir do momento em que

nascem, estão submetidos a esta educação, seja ela fornecida pela família, pela mídia, pelo grupo social, entre outros. (p.2).

Os gestores G1 e G5, além da prevenção, enfatizam as relações com o corpo, fazendo jus à crítica proposta por Suplicy (1983), que combate a “crendice” segundo a qual o ensino sobre sexualidade consiste unicamente em dar aulas sobre partes do corpo ou falar sobre os danos do sexo.

Duplo engano, primeiro porque a educação sexual tem início com o nascimento da criança e segundo, porque ela se manifesta em muitos dos seus comportamentos e experiências, mesmo que seus pais ou responsáveis não tenham consciência do seu papel de educadores.

A verdadeira educação sexual deve ter propósitos amplos, expor à criança e aos jovens a “... possibilidade de compreender as dimensões e a significação da sexualidade, de maneira a integrá-la positivamente na personalidade, a contribuir para que possam realizar projetos de vida pessoal e social como seres sexuados.” (Werebe, 1998, p.163).

Mais uma vez, é notável como as noções sobre o ensino da sexualidade aos jovens são deficitárias. De forma geral, os gestores não se mostraram aptos a responder adequadamente o significado da expressão, o que permite concluir a necessidade de reciclagem e capacitação de tais profissionais.

8.1.2.2 Temas da educação sexual

- Doenças, gravidez

G1: “Doenças, parte sexual meninos/meninas, gravidez, o que acontece quando a menina menstrua, camisinha”.

G3: “Eu acho assim: consequência do uso ou não do preservativo, preocupação com as DSTs, gravidez. É o que mais pega, DST e gravidez”.

G5: “Penso que seria as doenças e as consequências que você tem quando você entra na vida sexual e até teve a campanha da vacina a gente precisou conversar com eles HPV que isso é uma doença sexualmente transmissível, não que a gente não fale nada quando as coisas surgem a gente vai falando e que tem as consequências, tem a gravidez que geralmente sobra pra menina então o que a gente trabalha com eles é isso, eu acho que o foco seria mais esse falar sobre as doenças, a gravidez precoce”.

G6: “Relacionado a sexo, né? As doenças, a gravidez precoce, como evitar uma gravidez, não é? Seria o sexo sem risco, acho que seria o ideal mesmo. Eles aprendem nessa faixa etária porque os hormônios estão em ebulição e eles vêm tudo o quanto é coisa em casa então, eles tem saber tudo o que tá certo e errado, muitas vezes vem em casa e está errado”.

G7: “Os temas que eu acho, é assim a DST, a gravidez precoce, né, as concepções, uns temas que acho assim primordial dentro da escola”.

G8: “Eu acho que a questão da gravidez na adolescência”.

G9: “Eu acho que deve ser abordados de acordo com a faixa etária e a higiene, a gravidez, o corpo”.

G10: “Eu acho que desde o ciclo menstrual, começar na menstruação das meninas na ejaculação dos meninos, quando eles têm a... Como que chama... A ejaculação noturna a poluição que eles têm, acho que têm que ser tanto para os meninos quanto para as meninas e eu acho que tem que começar desde conhecer o próprio corpo, né, fala de doenças, fala de prevenção sobre gravidez precoce porque a faixa etária das meninas hoje tá diminuindo, elas estão ficando grávidas muito cedo, né, já tão... Como evitar, o uso da pílula, anticoncepcional, camisinha e outras doenças venéreas, bem tudo isso é importante na escola”.

G11: “Primeiro prevenção, doenças sexualmente transmissíveis eu acho que quando a pessoa, criança, adolescente, aprende a se prevenir e as consequências de um ato não pensado ele vai começar a se proteger mais”.

G12: “a área da saúde que aborda e assumiu esse papel juntamente com a escola DST, gravidez na adolescência e a própria questão da orientação tem crianças que de repente quando deveriam tá, eu digo isso em relação a nossa realidade deveriam dar continuidade em seus estudos, fazendo esportes elas fazem a opção por já manter relacionamentos sexual, eu acredito que antes do tempo”.

Para os gestores G1, G3, G5, G6, G7, G8, G9, G10, G11 e G12, os principais temas são a prevenção de doenças, a questão da gravidez precoce, da menstruação, da camisinha, da higiene reforçando a importância na perspectiva biológica.

Em oposição à maioria dos gestores, que propuseram a prevalência de temas voltados à saúde, Guimarães (1995) ressalta a importância de uma orientação que contemple aspectos sentimentais, que estimule a capacidade de tomar decisões e solucionar problemas e que discuta questões éticas e morais.

Incluso nos PCN, os blocos “corpo, matriz da sexualidade” outros temas devem ser trabalhados, assim como: concepção, gravidez, parto, métodos contraceptivos, masturbação etc. No que diz respeito às escolhas dos temas e continuidade destes, temos Peres, Bessa, Gonçalves, Castro e Silva e Paiva (2000), de que

O ideal é não trabalhar com uma programação prévia e fechada dos temas a serem desenvolvidos. Nada impede que o educador acrescente temas, desde que estejam relacionados com os interesses dos adolescentes. É sempre mais produtivo organizar seu trabalho a partir do levantamento de temas e expectativas do grupo. (p.24).

Não devemos só nos referenciar aos aspectos biológicos, mas segundo Furlani (2011) cita, a sexualidade tem um aspecto humano, sendo um regalo por toda a nossa vida, e

apresenta estruturas próprias (sociais e pessoais) de manifestação que se expressam no meio em que vivemos. Portanto é interessante que tratemos também das questões psicológicas.

Todos os outros, ao contrário, demonstram uma visão fragmentária da sexualidade, propondo temáticas que, em distintas medidas, ignoram os aspectos sentimentais, éticos e morais que compõem o fulcro da educação sexual.

8.1.2.3 Fatores limitantes da educação sexual

- Professor especializado

G1: “Precisava ter um professor especializado para não ter tabu e a molecada um não mexer com outro, para os pais porque eles devem estar a par porque se falarmos com os alunos sem eles saberem podem se revoltar com a escola, chamar os pais e explicar como vai ser e não levar para a maldade”.

G2: “A pessoa para trabalhar eu acho que é o principal, você não tem um profissional, um pedagogo preparado para isso, para trabalhar de uma maneira que não agrida e que passe informação de maneira à gente estar preparado pra isso, ter alguém preparado e isso passar para os pais também. Fiquei aguardando que as mães iriam falar desse 5º ano, mas como não veio nada estou esperando”.

G8: “Olha aqui a gente não tem essas dificuldades, mas pelo que a gente conversa com outros colegas eu acho que é a questão de um profissional mais preparado para isso, né porque por mais que um professor e a gente tenta, mas cada um tem seu jeito de pensar de ver o que é certo e o que é errado, então um profissional seria o ideal, né. Aqui a gente até tem que é o psicólogo mas em outros lugares não”.

G10: “A conscientização dos pais é difícil porque tem pai que realmente não aceita às vezes o filho aprende de uma maneira incorreta eu acho que a escola deveria ter um profissional não fixo na escola, mas que passasse orientações para todos os alunos de fácil compreensão com fotos, slides, projetos, trabalhos atividades em grupo de fácil compreensão de ensinar o que é correto, mas não o professor eu não concordo com o professor que ele tenha que falar sobre isso no conteúdo dele ele pode até falar sobre reprodução, na área das ciências, mas assim em relação a sexualidade como a gente está percebendo nas crianças de hoje em dia tratar de uma outra maneira como se fosse uma atividade extra curricular fora do ambiente na sala de aula, fazer dinâmica, dar palestras levar um medico para explicar para as crianças fazer assim um trabalho de alguns meses com a escola, mas não período inteiro no ano letivo porque eu acho muita coisa, mas aos poucos gradativamente eu acho e explicando para eles a maneira correta de tratar o assunto”.

- Preconceito

G3: “eu acredito que poderia ter obstáculo muito como a religião, de pai falando que meu filho ainda é uma criança não está na hora de aprender determinadas coisas, você entendeu? Acho que esses seriam os obstáculos”.

G6: “Os tabus, tem muitas professoras que é complicado, para falar ficam amarradas, principalmente as mais tradicionais, mas também tem as novas que, não tiveram essa educação

em casa então, tem hora que isso pega pra tá mais tranquilo falando eu acho que é isso. E a orientação de acordo para as professoras estarem abordando esse tema”.

G7: “Eu ainda acho que é o preconceito, a falta de conhecimento o tema tem que ser esclarecido, aberto as questões agindo de maneira natural porque isso faz parte da vida humana, então nós temos que passar para as crianças de uma forma natural, correta, né. Tirar todas as barreiras de preconceito e uma conscientização melhor”.

- Família e religião

G5: “O que eu falei o tempo inteiro aqui eles vem cada um de uma família, cada família vê esse tipo de assunto de uma maneira diferente, então assim o que pode ser muito natural pra mim falar, a gente tem criança que se masturba dentro da escola e os menores fazem muito isso então quando a gente chama a mãe e a mãe diz que vai bater, quebrar o braço da criança, não é isso, a masturbação é uma coisa natural, pra mim é natural só que tem o lugar certo para se fazer isso mas para a família também, não é! Então quando a gente vai entrar em um tema delicado, porque é delicado? Porque você não sabe até onde você está invadindo a privacidade do outro, então acho que o mais difícil é isso. Porque é muito fácil você vir aqui e mostrar o uso da camisinha, da gravidez precoce, da masturbação, então a gente vai lá escolhe o tema e fala o problema é quem está ouvindo, como é que vai ouvir isso, como é que a família vai aceitar isso, por exemplo e se ele chegar em casa e começar a contar o que nós falamos e se a família não gostar.”

G9: “A religião e a família!”.

G11: “Primeiro é a questão familiar, aqui na escola principalmente a gente tem muito alunos de religiões que não permitem que a criança entre em contato com esse tipo de assunto, tá. Então o obstáculo principal que eu enxergo seria esse porque a gente vai procurar maneiras, profissionais e forma de trabalhar e desenvolver o tema dentro da escola, agora a gente precisa da ajuda da família e da permissão deles também porque muitas vezes a gente não tem”.

G12: “Eu acho que ainda hoje as questões das religiões, existe ainda muita discussão em relação a isso a essa aceitação, muitas pessoas ainda não entendem o papel dessa educação sexual para um escola, certos pais acredito que não aceitariam seus filhos participassem de uma aula de um trabalho desse”.

- Faixa etária

G1: “Desde pequeno, mas cada um na sua idade, a partir do 5º ano deve ser colocado mais coisas porque muitos já veem na rua”.

G3: “Eu no meu ver hoje em dia como as crianças estão precoces acredito que 3º ano/4º não seria uma série, embora já tem crianças bem já além a partir do 4º ano que você já pode usar e trabalhar com nomenclaturas o termo certo de muitas coisas que vai ser ensinado”.

G4: “Eu acho adequado a partir do 5º ano, porque já é o momento em que eles estão interessados em saber se é verdade, não adianta passar isso numa criança muito pequena, porque a pesar dela viver, ver e estar tendo isso na vivencia dela, ela não tá preparada ainda para receber isso”.

G5: “ No 5º ano eles tem a matéria, que vem até na apostila que faz parte da reprodução humana e a gente percebe óbvio. É lá no 5º ano a gente começa a falar de outras coisas que ele também começam a perguntar, então a gente responde até onde vem a pergunta.”

G7: “Olha! Aqui na escola tem, eu sei que no 5º ano é apresentado, eu sei também que tem em algumas série, mas eu acredito assim que como hoje a educação está bem flexível, se o aluno tem alguma duvida de aconteceu alguma coisa eu acredito que esse tema possa ser abordado de forma natural”.

G10: “10 anos”.

De acordo com os gestores, os principais entraves para a educação sexual na escola seriam a falta de um professor especializado, preconceito, religião, família e faixa etária.

A propósito dos problemas decorrentes da intervenção familiar e dos preconceitos sociais, Guimarães (1995) comenta: “O medo, a culpa ligados ao sexo têm suas raízes nos tabus que o homem impôs a sua sensibilidade. São recursos que não significam rupturas, mas laços mais profundos, que opõem a animalidade desordenada de um princípio humanizador.” (p.35).

Assim, parte dos gestores considera que a família representa um ponto de tensão para o desenvolvimento da educação sexual na escola. Afinal, segundo Werebe (1998), “nem sempre os pais oferecem aos filhos informações sobre sexualidade, seja porque não possuem os conhecimentos para fazê-los, seja porque se sentem constrangidos para tratar do assunto.” (p.49).

Quanto à faixa etária, temos que os gestores enfatizaram o quarto e o quinto anos por declararem ser este o momento ideal para aprendizagem, lembrando de que o capítulo sobre o corpo humano é trabalhado na apostila ou em livros didáticos a partir dessa idade. Portanto, só se trabalha com a sexualidade voltada ao corpo e respondendo às questões dos alunos por meio do senso comum. Fica evidente, assim, o despreparo para falar sobre o tema.

Para Furlani (2009),

A educação sexual deve começar na infância e, portanto, fazer parte do currículo escolar – as temáticas discutidas na educação sexual são conhecimentos imprescindíveis à formação integral da criança e do jovem. O sexo, o gênero, a sexualidade, a raça, a etnia, a classe social, a origem, a nacionalidade, a religião, por exemplo, são identidades culturais que constituem os sujeitos e determinam sua interação social desde os primeiros momentos de sua existência. A sexualidade se manifesta na infância, na adolescência, na vida adulta e na terceira idade. Esperar para abordar a sexualidade, apenas na adolescência, reflete uma visão pedagógica limitada, baseada na crença de que a “iniciação sexual” só é possível a partir da capacidade reprodutiva (puberdade). Com isso, a Escola está sempre atrasada: em relação às expectativas e às vivências das crianças e jovens, em relação à sua capacidade de mudar comportamentos com a informação que oferece. (p.45, grifo do autor).

Dessa maneira, os PCN (1997) mostram que o trabalho de orientação sexual pode ser iniciado desde a alfabetização das crianças e se desenvolver ao longo de toda a seriação escolar. Não existe uma faixa etária predeterminada para que se desenvolva esse trabalho, pois as manifestações da sexualidade infantil ocorrem desde muito cedo e são inerentes ao seu desenvolvimento.

Diante desses pontos, parece claro que, por mais que os gestores se engajem no desenvolvimento e aplicação da educação sexual na escola, acabam por esbarrar em questões controversas, como a faixa etária, a intervenção das famílias, o peso dos dogmas religiosos e a inflexibilidade dos tabus e preconceitos, o que compromete seus trabalhos e ameaça o sucesso dos seus esforços.

8.1.3 Categoria 3 - Gestores e educação sexual

A seguinte categoria irá desvelar as necessidades que os gestores sentem para a efetivação da educação sexual na escola e qual contribuição dariam para que ela ocorra.

8.1.3.1 Capacitação dos gestores

- Formação

G1: “Teria que vir de cima porque não adianta eu querer e não vir de cima senão estaríamos passando por cima dos outros”.

G5: “Ixi, eu não sei! Não sei a gente tem levado assim eu não sei se isso é bom ou não é. Agora quanta a curso a gente pode levar isso para o conhecimento da educação que é um pedido de professor e eles também se manifestarem e correr atrás disso porque nem nós, enquanto gestores, nem professores e nem os superiores pensam nisso ainda entanto para você ver que é um tema que as pessoas fogem dele, não é? Ninguém quer falar sobre isso. É complicado mesmo”.

G10: “Buscando nos meios públicos palestras, assuntos primeiro para os pais em alguns HTP (reunião pedagógica) ou reuniões de pais já começar ter essa abertura e alguém falar alguma coisa sobre isso, a reunião de pais acabam só para ver notas, resolver problemas e tchau...eu acho que as reuniões de pais pelo menos a cada bimestre deveria ter um profissional passar uma palestras para os pais orientar esses pais que a escola tá preocupada com essa sexualidade tão cedo e que fosse falar primeiro com os pais num bimestre, dois e no segundo semestre os alunos passariam por capacitações, pesquisas, trabalhos essas aulas expositivas aí para acrescentar no currículos deles”.

G11: “O gestor contribui facilitando o conhecimento, então ele trás esse profissional da área da saúde, ele procura forma fora da escola para trazer o conhecimento para atingir tantos os alunos quanto os professores”.

G12: “Eu acho que o gestor pode estar realizando debates com até com um grupo de professores em relação ao que esses professores percebem em relação as suas necessidades mais prementes e a partir daí pode-se levar, esse gestor tem a condição de levar até o secretário até a secretaria da educação e fazer as propostas o que na maioria das vezes em nosso caso são aceitas”.

De acordo com G1, G5, G10, G11 e G12, porém, a responsabilidade pela capacitação dos professores e gestores recai sobre a secretaria da educação, que deve investir em cursos preparatórios dedicados a esses profissionais.

Assim, o autor assevera que “necessitam participar de cursos, debates, grupos de estudos entre outras atividades de capacitação, possibilitando assim uma troca de experiências entre o grupo profissional” (Braga, 2009, p.133).

Reis e Ribeiro (2002) se mostram favoráveis à necessidade de apostar na formação dos docentes:

É fundamental, portanto, investirmos na formação do profissional que realizará o trabalho de orientação sexual em sala de aula, proporcionando ao professor acesso a todo o conhecimento científico que é produzido em torno da sexualidade, levando-o a conhecer o desenvolvimento da criança e do adolescente, e a se atualizar na sua área de atuação, enfim, que seja preparado à luz da ciência para exercer um trabalho que se propõe não diretivista. (p.94).

Ora, a qualificação dos educadores é uma condição necessária para a efetivação dos processos de aprendizagem no ambiente escolar. Sayão (1997) lembra que o professor deve ser o mediador e o organizador do processo pedagógico, favorecendo um novo olhar sobre a situação, propondo outras fontes de informação e fazendo com que o aluno reflita sobre novas construções de pensamentos. Assim,

considerando que o professor apresenta uma função importante no cenário escolar, pois atua diretamente com os alunos, é necessário que ele seja preparado para efetivar o trabalho de orientação sexual. À vista do exposto, é preciso rever os cursos de formação inicial. (Leão et al., 2010, p. 48).

Nesse sentido, Ribeiro (2002) nos ajuda a estimar a importância da formação adequada dos docentes, defendendo, inclusive, um aparato científico necessário para garantir melhores condições para sua atuação.

Leão (2009) faz-se lembrar de que “... um dos grandes empecilhos para a implementação de programas de educação sexual nas escolas é o despreparo dos professores.” (p.95).

Diante dessas e outras circunstâncias, a maioria dos gestores concorda que o professor necessita de um melhor preparo para lidar com a temática da sexualidade, uma vez que não

apenas os alunos, mas também eles estão expostos a preconceitos e sujeitos a toda sorte de receios.

8.1.3.2 Contribuição dos gestores no ensino da sexualidade

- Respaldo

G3: “Ah! Incentivar como eu disse anteriormente você incentivar não para que seja um momento estanque, mas incentivar para que seja um trabalho desenvolvido o ano todo, é uma maneira, então acabou, morreu o assunto, pronto não vem mais, seria uma forma.”

G4: “Eu acho que é mais ou menos o que te falei, é dar o apoio o respaldo é tá junto na hora de trabalhar isso, deixar o professor seguro na hora do trabalho dele, né para tá trabalhando isso na sala de aula e envolver os funcionários também.”

G5: “Eu acho que seria apoiar esse professor.”

G6: “Eu acho que todos os gestores tinham que tá apoiando isso, mas não é um apoio da boca, mas de arregaçar as mangas e ir a prática eu acho que se a gente fizesse isso em toda as escolas talvez não teria tanto gravidez precoce, criança pegando doenças venéreas que... A gente não falam...”

G7: “Olha! Para que isso aconteça de maneira efetiva nós vamos precisar mudar nossa concepção, abrir novos currículos, aprofundar na educação sexual é o que nós precisamos fazer, na realidade é um tema bem atual que nós precisamos começar a enxergar de maneira clara e objetiva e colocar apesar de ter nas apostilas e cada professor ter sua conduta, seu programa eu acho que a gente pode elaborar mais fazendo projetos, trabalhando com a comunidade, né!”

G8: “O primeiro passo acho que é a discussão sobre os assuntos e abrindo diálogos com os professores, com os alunos conforme eles vêm trazendo”.

G9: “Para que a educação sexual aconteça na escola de maneira efetiva é necessário que os professores tenham uma formação a respeito para lidarem melhor com os temas abordados e como gestor deveria colocar a escola a disposição da abordagem do tema”.

Afinal, a sexualidade está por toda a parte e a educação sexual deve ser ampliada a todos os envolvidos, dentro e fora do contexto escolar, por meio do empenho daqueles que fazem parte da realidade do aluno.

Assim, Suplicy et al. (2000) dizem que a primeira providência que a escola deve tomar ao implementar o trabalho de orientação sexual é promover uma reunião com os membros da escola, isto é, o quadro funcional, a comunidade, o responsável pelo aluno e os próprios educandos. Os pais devem tomar conhecimento do trabalho que vai ser desenvolvido, pois cabe a eles “autorizar” seus filhos a participarem desse trabalho.

Segundo a autora, é interessante o alinhamento à proposta pedagógica geral, de forma que a sexualidade seja incluída nas propostas do projeto político-pedagógico durante o planejamento escolar, para que todos tenham consciência de sua importância.

Os gestores trazem à tona outro fator central e frisam a relevância das políticas públicas. Nesse sentido, Reis e Ribeiro (2002) afirmam que:

Os órgãos governamentais também devem oferecer uma formação continuada de qualidade (cursos de especialização, aperfeiçoamento, capacitação...) e proporcionar melhores condições estruturais de trabalho, e, é claro, valorizar o trabalho do educador. É necessário uma “parceria” entre os órgãos governamentais, a escola, o professor, a família e o aluno. Enfim, não se pode permitir que esse trabalho se concretize no diletantismo ou dependa de “boa vontade” daqueles idealistas que se sentem impelidos a lutar por uma causa nobre. (pp.94-95, grifo do autor).

Nesse sentido, Camargo e Ribeiro (1999) relatam que a educação sexual não é uma mera prática educacional, mas que deve ser integrada ao currículo de cada proposta escolar, já que sua estruturação e sistematização levam a uma percepção histórica e dualística do mundo.

Em linhas gerais, é possível concluir que grande parte dos gestores está ciente da postura necessária para a efetivação do ensino da sexualidade. No entanto, fica evidente que suas intenções e ações esbarram em variados entraves, como as próprias estruturas do sistema educacional e as políticas públicas.

Além disso, no que pesem seus esforços no sentido de transformar a realidade do ensino da sexualidade nas escolas, os mesmos também sofrem com deficiências na sua formação e em seu aprimoramento, o que aumenta ainda mais os desafios da tarefa.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inerente ao ser humano se desviar daquilo que não conhece e isolar-se do que é estranho. A partir dessa pesquisa verificou-se a dificuldade de efetivação da educação sexual no contexto escolar.

A temática sexualidade é uma discussão relevante e questões como homossexualidade, sexo e religião, doenças sexualmente transmissíveis, controle da natalidade, dentre outros, são realidades que constituem o dia a dia das pessoas e perpassam por esferas de ordem política, econômica e social, sendo que estas simplesmente influenciam e até determinam nosso modo de agir.

A educação sexual foi implementada nos Parâmetros Curriculares Nacionais como tema transversal e poucas mudanças foram percebidas a fim de programar ações voltadas para a discussão da temática na escola.

Verifica-se que os gestores estão despreparados para falar sobre o tema, mesmo conscientes que a sexualidade e a educação sexual são importantes e primordiais na escola. Eles associam a educação sexual ao biológico ligada à saúde, higienização e prevenção, interligando o tema às aulas de Ciências e livros didáticos, onde trabalham com a reprodução humana e os órgãos sexuais.

Portanto, existe a necessidade de uma política pública efetiva na educação sobre sexualidade na grade curricular e não somente como tema transversal.

Os gestores sentem a necessidade de que a Secretaria da Educação Municipal coopere e crie estratégias na formação dos gestores, proporcionando embasamento teórico para que de fato ocorra a educação formal (novas aprendizagens) para abordar não somente as questões biológicas, fisiológicas, mas também as psicológicas, assim terem uma visão ampla sobre o tema, quebrando tabus e preconceitos, pois o conhecimento que eles possuem são referentes a uma educação informal, ou seja, de senso comum.

Essas capacitações podem ser sugeridas por meios de projetos, cursos, palestras, ou com a contratação de um profissional especializado para que os paradigmas em relação a sexualidade e educação sexual sejam quebrados.

Outro fato a ser repensado pela escola é a união com a família, para que essas também tenham acesso a informação e facilitem o trabalho com o tema, porque segundo os gestores essa é uma grande dificuldade, em decorrência dos tabus e preconceitos.

É preciso que a educação sexual não seja objeto de estudo distante do conteúdo dos alunos. Eles não devem ser chamados para conversar sobre sexualidade apenas para serem advertidos, alertados e protegidos, tendo os aspectos biológicos e fisiológicos como aparato. Mas, convidados a debater sobre algo que lhes dá prazer, que constitui parte de sua descoberta e entendimento como agente social na relação com o outro.

A sexualidade então deve ser tratada como fonte de descobertas agradáveis, de modo que, se compartilhada em grupo com pessoas preparadas para orientar e atuarem como facilitadoras nesse processo, esse caminhar não precisa ser feito sozinho, ao acaso ou até escondido, mas de modo conjunto e prazeroso.

Assim, fica clara, com a realização desta pesquisa, a necessidade de tornarmos a sexualidade um sinônimo de solução e não de problemática, tendo a educação sexual como fator gerador para isso, passando pela capacitação dos gestores e envolvimento da comunidade, até chegarmos ao ponto em que toda sociedade desfrute desse processo educativo e conscientizador.

Afinal, a educação, em seu contexto amplo, abre nossas mentes, liberta-nos de receios e do medo do desconhecido, empoderando-nos para agirmos e tomarmos decisões e escolhas conscientes. E, frente aos atuais desdobramentos, está nítido que urgimos de uma sociedade que saiba agir e tomar decisões que mudem o rumo de sua história.

REFERÊNCIAS

- Aranha, A. V. S. (2005). Gestão e Organização do trabalho escolar: Novos tempos e espaços de aprendizagem. In: Oliveira, M. A. M. (Org.). *Gestão educacional: Novos olhares, novas abordagens*. (pp.75-86). Rio de Janeiro: Vozes.
- Ariza, A. C. (2004). Planejamento e ações de marketing. In: Colombo, S. S., Zenkerr, m. R., Christóvan, M. C. T., Matins, M. L. O., Laranja, M., Mizne, O., Colombo, P. H., Cardim, P. A. G., Birochi, R., & Costa, T. O. D., (Orgs.). *Gestão educacional uma nova visão*. (pp. 67-77). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. (L. A. Rego, & A. Pinheiro, trad.). Lisboa: Edições 70.
- Benites, M. J. O. (2006). *Educação sexual e formação docente: Um estudo a partir de concepções discentes*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Regional de Blumenau, SC, Brasil.
- Berge, A. (1958). *A educação sexual da criança*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal: Porto Editora.
- Bonfim, S. S. (2009). *Orientação sexual na escola: tabus e preconceitos, um desafio para a gestão*. Recuperado em 01 de dezembro, 2013 de <http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-SANDRA-SOUZA-BOMFIM.pdf>
- Braga, E. R. M. (2009). *Sexualidade infantil: A importância da formação de professores (as) na questão de gênero*. In: Carbello, S. R. C., & Comar, S. R. (Orgs.). *Educação no século XXI: Múltiplos desafios*. (p.133). Maringá, SP: Eduem.
- Cacciatore, A. E. (2007). *A sexualidade no cotidiano de gestores escolares de educação infantil*. Trabalho de Conclusão de Curso de Gestão Educacional, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, SP, Brasil.
- Camargo, A. M. F., & Ribeiro, C. (1999). *Sexualidade(s) e infância(s): A sexualidade como tema transversal*. Campinas, SP: Universidade de Campinas.
- Castro, M. C., Abamovay, M., & Silva, L. B. (2004). *Juventudes e sexualidade*. Brasília: Unesco.
- Cavalcanti, R. C. (1993). Educação sexual no Brasil e América Latina. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 3(1), 164-177.
- César, M. R. A. (2009). Lugar de Sexo é na Escola? Sexo, sexualidade e educação sexual. In: Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. *Sexualidade*. (pp.49-58). Curitiba, PR: SEED – Pr.

- Egypto, A. C. (1985). À guisa de conclusão. In: Barroso, C., & Bruschini, C. *Sexo e juventude: Como discutir sexualidade em casa e na escola* (2a ed., pp.79-82). São Paulo: Cortez.
- Ferguson, M. (1993). *A conspiração aquariana: Transformações pessoais e sociais dos anos 60* (8a ed.). Rio de Janeiro: Record.
- Figueiró, M. N. D. (1999). *Educação sexual no dia a dia: 1ª coletânea*. Londrina, PR: Moriá Gráfica e Editora Ltda.
- Figueiró, M. N. D. (2001). *Educação sexual: Retomando uma proposta, um desafio* (2a ed.). Londrina, PR: Eduel.
- Figueiró, M. N. D. (2006). Educação Sexual: como ensinar no espaço da escola. *Linhas*, 7(1). Recuperado em 30 de maio, 2013 de <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1323>
- Figueiró, M. N. D., Ribeiro, P. R. M., & Melo, S. M. M. (Orgs.). (2009). *Educação sexual no Brasil: Panorama de pesquisa do sul e do sudeste*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Figueiró, M. N. D. (2013). *Educação sexual no dia a dia*. Londrina, PR: Eduel.
- Furlani, J. (2009). Encarar o desafio da educação sexual na escola. In: Secretaria de Estado da Educação. *Sexualidade*. (pp. 37-49). Curitiba, PR: SEED.
- Furlani, J. (2011). *Educação sexual na sala de aula: Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Goffman, E. (1969). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- Gonzaga, L., Nasc. Jr. (1982). O que é, o que é. In: *Gonzaguinha, Caminhos do coração* [CD]. Rio de Janeiro: EMI Odeon.
- Guimarães, I. (1995). *Educação sexual na escola: Mito ou realidade* (Coleções Dimensões da Sexualidade). Campinas, SP: Mercado das Letras.
- Guirado, M. (1997). Sexualidade, isto é, intimidade: redefinindo limites e alcance para a escola. In: Aquino, J. G. (Org.). *Sexualidade na escola: Alternativas teóricas e práticas*. (3a ed., pp. 25-42). São Paulo: Summus.
- Kupermann, D. (1999). Afinal o que fazer com o “Juquinha”? In: Dunley, G. (Org.). *Sexualidade e educação: Um diálogo possível?*. (pp.69-100). Rio de Janeiro: Gryphus.
- Lankanser, C., & Knobel, M. (2008). *Pesquisa pedagógica: Do projeto à implementação* (M. F. Lopes, trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Laranja, M. (2004). *Discutindo a gestão do ensino básico*. In: Colombo, S. S., Zenkerr, m. R., Christóvan, M. C. T., Matins, M. L. O., Laranja, M., Mizne, O., Colombo, P. H., Cardim, P. A. G., Birochi, R., & Costa, T. O. D., (Orgs.). *Gestão Educacional uma nova visão*. (pp.238-248). Porto Alegre, RS: Artmed.

- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Leão, A. M. C. (2009). *Estudo analítico-descritivo do curso de pedagogia da Unesp-Araraquara quanto a inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos*. Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, SP, Brasil.
- Leão, A. M. C., Bedim, C. R., & Ribeiro, P. R. M. (2010). Sexualidade e orientação sexual na escola em foco: algumas reflexões sobre a formação de professores. *Revista Linhas*, 11(1), pp.36-52.
- Leão, A. M. C. (2012). *A percepção do(a)s professore(a)s e coordenadore(a)s dos cursos de Pedagogia da Unesp quanto à inserção da sexualidade e da educação sexual no currículo: Analisando os entraves e as possibilidades para sua abrangência*. Relatório de Pós-Doutorado em Sexologia e Educação Sexual, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, SP, Brasil.
- Leão, A. M. C. (2014). A (des)informação Dos gestores/as e professores/as em sexualidade e educação sexual relato de uma experiência. *Revista Exedra*, Número Temático de 2014 – Sexualidade, Género e Educação, pp.160-167.
- Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. (1996, 23 de dezembro). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília: Presidência da República.
- Lei n. 60 de 6 de agosto de 2009*. (2009, 23 de julho). Estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar. Diário da República, 1ª série - n.º 151 A., Brasília: Presidência da República.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (1990). *Investigação qualitativa: Fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto PIAGET.
- Louro, G. L. (2008). *Um corpo estranho: Ensaio sobre a sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte, MG: 15 Autêntica.
- Lück, H. (1998). *A escola participativa: O trabalho do gestor escolar*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Lück, H., Freitas, K.S., Girling, R., & Keith, S. (2002). *A escola participativa: O trabalho do gestor escolar*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Lück, H. (2010). *Gestão educacional: Uma questão paradigmática*. (Série Caderno de Gestão). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Maia, A. C. B. (2003). *Sexualidade e deficiências no contexto escolar*. Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, Brasil.
- Maia, A. C. B., & Ribeiro, P. R. M. (2011). Educação sexual: princípios para ação. *Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, 15(1), pp.75-84.

- Minayo, M. C. S. (1998). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro: Abrasco.
- Minayo, M. C. S. (2000). *Desafio do conhecimento* (5a ed.). São Paulo: Hucitec.
- Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade cultural e orientação sexual. Temas transversais*. (1997). (3a ed., Vol. 10). Brasília: MEC/SEF.
- Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e quarto ciclos - apresentação dos temas transversais*. (1998). Brasília: MEC/ SEF.
- Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais e ética*. (2000). (2a ed., Vol. 8). Rio de Janeiro: DP&A.
- Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade cultural e orientação sexual*. (2000). (2a ed., Vol. 10). Rio de Janeiro: DP&A.
- Paiva, V. (2000). *Fazendo arte com camisinha: Sexualidades jovens em tempo de Aids*. São Paulo: Summus.
- Paredes, E. C., Oliveira, R. A., & Coutinho, M. M. T. (2006). *Sexualidade: O que tem a dizer alunos e professores da rede pública cuiabana* (Vol. 3). Cuiabá, MT: EDUFMT/FAPEMAT.
- Peres, C. A., Bessa, C., Gonçalves, E. M. V., Castro e Silva, R. de, & Paiva, V. (2000). *Fala educadora! Educador!* São Paulo: Laboratório Organon.
- Penin, S. T. S., & Vieira, S. L. (2002). Refletindo sobre a função social da escola. In: Vieira S. L. (Org). *Gestão da escola: Desafios a enfrentar*. (pp.13-45). Rio de Janeiro: DP&A.
- Pinto, H. D. S. (1997). A individualidade impedida: adolescência e sexualidade no espaço escolar. In: Aquino, J. G. (Org.). *Sexualidade na escola: Alternativas teóricas e práticas*. (3a ed., pp. 43-52). São Paulo: Summus.
- Reis, G. V.; & Ribeiro, P. R. M. (2002). A orientação sexual na escola e os parâmetros curriculares nacionais. In: Ribeiro, P. R. M. (Org.). *Sexualidade e educação sexual: Apontamentos para uma reflexão*. (pp.81-96). Araraquara: FCL/ Laboratório editorial.
- Reis, G. V., & Ribeiro, P. R. M. (2005). Sexualidade e educação escolar: algumas reflexões sobre orientação sexual na escola. In: Maia, A. C. B., & Maia, A. F. (Orgs.). *Sexualidade e infância* (pp.34-46, Cadernos CECEMCA, n. 1). Brasília: MEC/SEF.
- Ribeiro, P. R. M. (1990). *Educação sexual além da informação*. São Paulo: E.P.U.
- Ribeiro, C. (1996). *A fala da criança sobre sexualidade humana: O dito, o explícito e o oculto*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Ribeiro, P. R. M. (2002). *Sexualidade e educação sexual: Apontamento para uma reflexão* (Série Temas em Educação Escolar, n. 4). São Paulo: Cultural Acadêmica.
- Ribeiro, P. R. M. (Org.). (2004). *Sexualidade e educação: Aproximações necessárias*. São Paulo: Arte & Ciências.

- Ribeiro, A. I., & Menin, A. M. C. S. (2005). *Formação do gestor educacional: Necessidades da ação coletiva e democrática*. Presidente Prudente, SP: Arte & Ciência.
- Ribeiro, P. R. M. (2013). A educação sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos para uma cidadania ativa. In: Rabelo, A. O., Pereira, G. R., & Reis, M. A. S. (Orgs.). *Formação docente em gênero e sexualidade*. (pp. 7-15). Petrópolis, RJ: DP.
- Richardson, R. J. (1985). *Pesquisa social: Métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Rudio, F. V. (2001). *Introdução ao projeto de pesquisa científica* (29a ed., p.120). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sayão, Y. (1997). Orientação sexual na escola: Os territórios possíveis e necessários. In: Aquino, J. G. (Org.). *Sexualidade na escola: Alternativas teóricas e práticas*. (pp.107-118). São Paulo: Summus.
- Suplicy, M. (1983). *Conversando sobre sexo*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Suplicy, M., Egypto, A.C., Branco, C.C., Gonçalves, E.V., Menocci, D. T., Silva, R. C., Sayão, Y., Silva, M. R., Bock, S. D., & Silva, M. C. P. (2000). *Sexo se aprende na escola*. São Paulo: Olho d'água.
- Valérien, J. (1993). *Gestão da escola fundamental: Subsídios para análises e sugestões de aperfeiçoamento* (2a ed.). São Paulo: Cortez.
- Vasconcellos, C. S. (2002). *Coordenação do trabalho pedagógico: Do projeto político ao cotidiano da sala de aula*. São Paulo: Libertad.
- Velanga, T. C. (2009). Gestão escolar compartilhada e as novas demandas para resolução de problemas: uma reflexão crítica. In: Velanga, C. T., Colares, M.L., Brasileiro, T.S.A., & Colares, A.A (Orgs.). *Gestão educacional e escolar: Desafios e possibilidades na contemporaneidade*. (p.33-48). Porto Velho, RO: EDUFRO.
- Vitiello, N. (1997). *Quem educa o educador: Um manual para jovens, pais e educadores*. São Paulo: Inglu.
- Xavier, C., F.^a (2001). *A sexualidade nos livros infantis: A mediação no processo de educação sexual*. Campo Grande: UFMS/DED. Relatório final de pesquisa.
- Werebe, M. J. G. (1998). *Sexualidade, política e educação*. Campinas, SP: Autores Associados.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1) Dados pessoais:

1.1) Sexo: () F () M

1.2) Idade: _____ anos

1.3) Estado civil: () casado/a () solteiro/a () amasiada/o () divorciado/a

1.4) Filhos: () Sim () Não

1.5) Número de: () meninos () meninas

1.6) Religião: _____

1.7) Atuante: () Sim () Não

2) Formação profissional:

2.1) Área de formação:

2.2) Tempo de docência:

2.3) Função na escola:

2.4) Quanto tempo de função:

1º) grupo: Como gestores percebem a sexualidade na escola.

Sabe-se que a sexualidade das crianças na escola tem sido um grande desafio para professores e gestores. Diante disso:

1.1 - O que é sexualidade para você?

1.2 - Quais situações são mais comuns dentre as expressões de sexualidade por parte das crianças?

1.3 - O que você acredita influenciar nessas atitudes?

1.4 - A partir de qual idade o tema deve ser apresentado?

1.5 - Enquanto gestor, como você sente sua escola com relação ao tema? Por quê?

1.6 - Há algum trabalho, projeto ou atividade em educação sexual em sua escola? Se sim, qual o objetivo?

2º) grupo: Educação Sexual e os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais).

Algumas propostas emergiram do Ministério da Educação quanto à Ed. Sexual nas escolas. A partir disso, pergunta-se:

2.1 – O que é Educação Sexual para você?

2.2 - As propostas chegaram até sua escola? Se sim, como você trabalhou com a temática?

2.3 - Como a escola lida com essas propostas?

2.4 - Você sente a necessidade de uma Educação Sexual na escola, ou a percebe como um complemento dando continuidade ao familiar? Se sim, como você acha que deveria ser a educação sexual na escola?

2.5 – Quais os temas que deveriam ser abordados?

2.6 - Você acha que há necessidade de se trabalhar o tema com os pais? Se sim, de que forma?

2.7 - Quais os obstáculos e dificuldades da implantação de uma educação sexual na escola?

3º) grupo: Gestores e a Educação Sexual

3.1- Acredita que os professores têm preparo para lidar com a situação?

3.2 – Você oferece capacitação para os professores trabalharem com a temática? Se não, você acha que há uma necessidade de se ter essa capacitação?

3.3- Como o gestor poderia contribuir para a efetivação da educação sexual na escola?

3.4- Quais seriam a postura e contribuição do gestor na efetivação da educação sexual?

ANEXO A - CARTA DE ESCLARECIMENTO DA PESQUISA

Prezado(a) Participante,

É relevante considerar qual a opinião dos gestores sobre as diferentes questões relacionadas à educação sexual. Desta forma, solicitamos sua colaboração neste estudo respondendo a essa entrevista. Destacamos que os dados apresentados nesta serão empregados na elaboração de uma dissertação de mestrado que tem por título: “A Educação Sexual e as entrelinhas da escola na concepção dos gestores”. O objetivo desta pesquisa é compreender as concepções dos gestores escolares sobre educação sexual no ambiente escolar e quais os projetos desenvolvidos pela escola e, caso exista entraves, quais os impedimentos para a realização de uma intervenção deste cunho.

Observamos ainda, que os dados de identificação serão mantidos em sigilo, e que sua participação não envolverá qualquer custo ou compensação financeira, sendo garantida a liberdade de retirada de seu consentimento a qualquer momento, e também a de deixar de participar deste estudo, sem que haja prejuízo para você.

Na oportunidade, esperamos contar com sua valiosa colaboração, e antecipamos os nossos mais sinceros agradecimentos.

Atenciosamente,

Adriana Rodrigues Zocca

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo voluntariamente em participar do estudo realizado pela pesquisadora Adriana Rodrigues Zocca, e de responder a entrevista. Autorizo a pesquisadora a utilizar os dados obtidos para a elaboração e divulgação da pesquisa. Recebi por escrito informações suficientes sobre o estudo. Estou ciente do objetivo do trabalho, de que os procedimentos realizados não causarão nenhum risco para mim, bem como sobre a retirada de meu consentimento de participação, caso o deseje. Sei também que esta pesquisa não ocasionará nenhum custo ou compensação financeira para mim, sendo que meus dados serão mantidos em sigilo.

Assinatura do participante:

Declaração Eu, Adriana Rodrigues Zocca, declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido desta pessoa para a participação neste estudo.

Assinatura do responsável pelo estudo:
